



PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA



PATRIMAR ENGENHARIA S.A.

CNPJ/MF: 23.236.821/0001-27 / NIRE: 31300128741

(Companhia de Capital Autorizado)

Belo Horizonte, 27 de abril de 2026. A Administração da PATRIMAR ENGENHARIA S.A. apresenta aos Srs. Acionistas a presente proposta contendo as informações exigidas pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e pela Instrução nº 481 da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM nº 481/09”), relacionadas à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) da Companhia a se realizar no dia 29 de Abril de 2026, às 10h, na sede social da Companhia, situada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rodovia Stael Mary Bicalho Motta Magalhaes, nº 521, sala 1.701 parte, Bairro Belvedere, CEP: 30.320.760, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n. 481/2009 (“ICVM 481”) a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia:

I. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

- 1. Deliberar** sobre as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
- 2. Deliberar** sobre a proposta de destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
- 3. Deliberar** sobre a fixação do montante global da remuneração da Administração da Companhia para o período até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2027;

O Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhados dos Pareceres dos Auditores Independentes, foram publicados no jornal “Diário do Comercio” em 07 de março de 2026, e enviados à CVM e colocados à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia e no seu website – <https://ri.patrimar.com.br/> em 05 de março de 2026.

Apresentaremos a seguir a proposta da Administração da Companhia com relação a cada um dos itens da ordem do dia da AGO.



SUMÁRIO

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	4
I.ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	4
1. Deliberar sobre as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.	4
2. Deliberar sobre a a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.	4
3. Deliberar sobre a fixação do montante global da remuneração da Administração da Companhia para o período até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2027	7
ANEXO 1 – COMENTÁRIOS DOS DIRETORES (ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)	8
ANEXO 2 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES	33
ANEXO 3 – ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO APROVANDO A PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	54

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

I. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1. Deliberar sobre as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Em conformidade com o disposto no art. 132 da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, a Administração da Companhia submete a apreciação dos acionistas, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, publicados no jornal “Diário do Comércio” em 07 de março de 2026 e aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 05 de março de 2026, conforme recomendação do Comitê de Auditoria, Compliance e Risco da Companhia.

Fica esclarecido que, em observância ao artigo 10 da Resolução CVM nº 81/2022, estão disponíveis no website da Companhia (www.patrimar.com.br/ri), e no website da CVM (www.cvm.gov.br): i) relatório de administração, ii) demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2025, iii) os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do formulário de referência constante no Anexo 1 à presente Proposta da Administração, iv) relatório dos auditores independentes, e v) Formulário DFP (Demonstrações Financeiras Padronizadas).

2. Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Nos termos do artigo 19, inciso “(vii)”, do Estatuto Social da Companhia, cabe ao Conselho de Administração da Companhia apresentar à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido de cada exercício social. Diante disso, e em conformidade com o inciso II, do Parágrafo Único do artigo 10º da Resolução CVM nº 81/2022, a Patrimar apresenta proposta de sua Administração de destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme apresentado abaixo:

2.1. Lucro líquido do exercício

Lucro Líquido do Exercício (em R\$ mil)	Valor
Lucro líquido atribuível aos acionistas da controladora	27.689
Constituição da reserva legal (5%)	(1.384)
Lucro do exercício líquido da reserva legal	26.305

2.2. Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados

Dividendos (em R\$ mil)	Valor
Dividendos mínimos obrigatórios	6.576
Dividendos extraordinários propostos	3.114
Dividendos líquidos a pagar	9.690



Em R\$ mil	Valor
Dividendos mínimos obrigatórios	6.576
Dividendos extraordinários propostos	3.114
Quantidade de ações	56.025.501
Dividendos por ação	0,172957

2.3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Em R\$ mil	Valor
Lucro líquido atribuível aos acionistas da controladora	27.689
Constituição da reserva legal (5%)	(1.384)
Lucro do exercício líquido da reserva legal	26.305
Dividendo total	9.690

O montante total corresponde a 36,8% do lucro líquido apurado após a constituição da reserva legal.

2.4. Montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável.

2.5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. **Valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.**

Quantidade de ações ON – 56.025.501

Dividendos propostos – R\$ 9.690.000

Dividendos propostos por ação ON – R\$ 0,172957

- b. **Forma e prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**

Os dividendos totais, no valor de R\$ 9,7 milhões, serão pagos até o dia 29 de maio de 2026, podendo ser compensado com saldo em aberto junto aos acionistas.

- c. **Atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.**

Os valores de dividendos não sofrerão atualização.

- d. **Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.**

Acionistas na data base da Companhia em 29 de abril de 2026.

2.6. Dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

A Companhia não realizou o pagamento de dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio com base em balanços semestrais ou períodos menores ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

2.7. Lucro, dividendos e juros sobre capital próprio por ação e dos 3 exercícios anteriores

Valores	2025	2024	2023
Lucro líquido atribuível aos acionistas da controladora (R\$ mil)	27.689	31.882	51.644
Lucro básico por ação	0,49422	0,56906	0,921786
Dividendo Mínimo Obrigatório (R\$ mil)	6.576	7.572	12.265
Dividendos Extraordinários (R\$)	3.114	700	4.285
Dividendos Totais (R\$)	9.690	8.272	16.550
Dividendo Mínimo Obrigatório por ação (R\$)	0,117378	0,135152	0,218925
Dividendos Extraordinários por ação (R\$)	0,055579	0,012494	0,076476
Dividendos Totais por ação (R\$)	0,172957	0,147645	0,295401
Juros sobre o capital próprio (R\$)	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

2.8. Destinação de lucros à reserva legal

Em R\$ mil	Valor
Lucro líquido atribuível aos acionistas da controladora	27.689
Constituição da reserva legal (5%)	(1.384)

2.9. Ações preferenciais com direito a dividendos fixos mínimos

Não aplicável.

2.10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Forma de cálculo prevista no estatuto

Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuídos ou acrescidos os seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores, (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.

b. Pagamento integral dos dividendos

Será proposta à Assembleia Geral o pagamento integral dos dividendos obrigatórios.

c. Montante eventualmente retido

Não aplicável.

2.11. Retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia

Não aplicável.

2.12. Destinação de resultado para reserva de contingência

Não aplicável.

2.13. Destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

2.14. Destinação de resultado para reservas estatutárias**a. Montante da retenção da reserva de investimentos:**

Conforme artigo 36, parágrafo 2º do Estatuto Social da Companhia, respeitadas as limitações previstas.

Destinação de Lucro 2025	
Descrição	Valores (R\$)
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas da Controladora	27.689
(-) Constituição de reserva legal	(1.384)
(-) Dividendos obrigatórios	(6.576)
Pagamento de Dividendos (29/05/26)	(6.576)
(-) Dividendos extraordinários	(3.114)
Dividendos extraordinários (29/05/26)	(3.114)
(=) Saldo de lucros remanescente	16.615
(-) Destinação para reserva estatutária	(16.615)
(=) Saldo de lucros a destinar	0

2.15. Retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Não aplicável.

2.16. Havendo destinação de resultados para reserva de incentivos fiscais

Não aplicável.

3. Deliberar sobre a fixação do montante global da remuneração da Administração da Companhia para o período até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2027

Propõe-se a aprovação da remuneração anual global da Administração da Companhia, no montante de até R\$ 12.758.889 (doze milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e oitenta e nove reais), para o período a contar desta Assembleia Geral até a Assembleia Geral que vier a deliberar sobre as contas do exercício social de 2026. Estão contemplados no montante a remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

A Companhia considera que a proposta de remuneração está em linha com o seu planejamento estratégico e com os fundamentos que embasam sua estrutura organizacional sugerida na presente Proposta, especialmente a necessidade de fazer frente aos seus novos desafios, metas e objetivos. A Companhia realiza constantes avaliações junto ao mercado para comparar o nível de remuneração adequado dos administradores, buscando sempre o equilíbrio entre uma boa política de retenção dos executivos e o pagamento de remuneração compatível com o mercado. É importante reforçar que a proposta está coerente com a postura austera da Companhia e, considerando as análises e benchmarkings realizados regularmente, o custo da administração em relação à Receita Operacional Líquida (ROL) da Companhia é adequado e está entre os menores do setor.

Salienta-se que as informações indicadas no item 8 do Formulário de Referência estão contempladas no Anexo 2 desta Proposta.

ANEXO 1 - COMENTÁRIOS DOS DIRETORES (ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

2.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas neste item 2 devem ser lidas em conjunto com as (i) demonstrações financeiras consolidadas, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, as quais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

As informações neste item 2, exceto quando indicado de forma diversa, são expressas em moeda corrente nacional (em milhares de Reais).

Os comentários dos diretores da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia e visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras para (i) os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023; e (ii) as informações contábeis intermediárias consolidadas, relativas aos períodos de doze meses encerrado em 31 de dezembro 2025, 2024 e 2023, bem como compreender as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras entre os períodos analisados e os principais fatores que explicam essas variações. A administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Certas tabelas deste item 2 contêm os termos “AH” e “AV” que significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica ao longo de um período. A Análise Vertical representa (i) o percentual ou item de uma linha em relação à receita líquida para os exercícios/períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações; ou (ii) em relação ao total do ativo e/ou total do passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

As informações financeiras incluídas neste item, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

As informações constantes deste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações constantes das demonstrações financeiras completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no website da Companhia (<https://ri.patrimar.com.br/>) e no website da CVM (www.gov.br/cvm).

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar o seu plano de negócio e cumprir com as suas obrigações de curto e longo prazo.

A seguir, apresentamos as informações sobre a atual estrutura financeira e patrimonial da Companhia:

	Em 31 de dezembro de		
(Em R\$ mil ou %)	2025	2024	2023
(A) Dívida Bruta ⁽¹⁾	1.509.359	1.228.400	802.876
<i>Empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante)</i>	470.001	265.431	164.443
<i>Empréstimos, financiamentos e debêntures (não circulante)</i>	1.039.358	962.969	638.433
(B) Caixa, Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários	452.725	438.082	597.106
Caixa e equivalentes de caixa	399.855	302.281	425.150
Títulos e valores mobiliários	52.870	135.801	171.956
(C=A-B) Dívida Líquida	1.056.634	790.318	205.770
(D) Total do Patrimônio Líquido	552.614	565.112	571.490
(E=C/D) Dívida Líquida/Total do Patrimônio Líquido	191,21%	139,85%	36,01%

¹ compreende o saldo de Empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante.



A Companhia encerrou o exercício de 2025 com aumento da dívida líquida e da alavancagem em relação aos exercícios de 2024 e 2023, refletindo, principalmente, o ciclo de investimentos dos últimos anos associado ao maior volume de obras em execução. Apesar da elevação desses indicadores, a estrutura de endividamento permanece alinhada ao planejamento estratégico da Companhia, com perfil adequado de prazos e compatível com o estágio de desenvolvimento dos empreendimentos.

Com a conclusão das obras que sustentaram o crescimento da Companhia nos últimos anos, a Administração tem como perspectiva a mitigação da dívida líquida e da alavancagem ao longo dos próximos trimestres à medida que se intensifique a geração de caixa.

Abaixo são apresentados determinados índices que evidenciam as condições financeiras e patrimoniais gerais da Companhia:

Índice de alavancagem financeira

	Em 31 de dezembro de		
(Em R\$ mil ou %)	2025	2024	2023
Dívida Bruta	1.509.359	1.228.400	802.876
Caixa e equivalentes de caixa	(399.855)	(302.281)	(425.150)
Títulos e valores mobiliários	(52.870)	(135.801)	(171.956)
Dívida líquida (a)	1.056.634	790.318	205.770
Total do Patrimônio Líquido	552.614	565.112	571.490
Capital Total (b)	1.609.248	1.355.430	777.260
Índice de alavancagem financeira (a/b)	65,7%	58,3%	26,5%

Condizente com outras sociedades do setor, a Companhia monitora o capital com base, dentre outros, no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no Balanço Patrimonial, e da dívida líquida.

Em 2025, o índice de alavancagem financeira apresentou aumento em relação aos exercícios sociais de 2024 e 2023, reflexo da expansão do endividamento líquido associado ao ciclo de investimentos em curso nos últimos anos. Esse movimento está diretamente relacionado ao maior volume de obras em execução e ao consequente aumento da necessidade de capital para financiamento da operação.

O nível de alavancagem observado permanece compatível com o estágio das obras em andamento e com a estrutura de capital planejada. A Administração destaca, para os próximos exercícios, a expectativa de redução global desse indicador, em função da intensificação de geração de caixa decorrente da conclusão e entrega das obras em andamento.

Índice de liquidez corrente

	Em 31 de dezembro de		
(Em R\$ mil ou frações)	2025	2024	2023
Ativo Circulante (a)	2.177.322	1.603.176	1.424.017
Passivo Circulante (b)	974.213	730.087	617.620
Liquidez Corrente (a/b)	2,2	2,2	2,3

A liquidez corrente é um indicador calculado por meio de uma razão entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante, apresentados nos balanços patrimoniais.



Em 2023, o índice registrou 2,3, resultado da decisão estratégica de alocar caixa e disponibilidades no ciclo de construção de obras, visando otimizar custos por ganho de escala.

Em 2024, a Companhia realizou duas captações e liquidou três obrigações financeiras, promovendo uma gestão ativa do seu endividamento. Como reflexo dessas movimentações, o índice de liquidez apresentou um recuo de 0,1 ponto em relação a 2023.

Já em 2025, o índice de liquidez corrente manteve-se estável em relação ao exercício de 2024, refletindo o aumento proporcional tanto do ativo circulante quanto do passivo circulante ao longo do período. A evolução desses saldos está diretamente relacionada ao maior volume de operações e ao estágio mais avançado do ciclo de investimentos da Companhia, com maior concentração de recursos vinculados à execução das obras em andamento e maior recebimento das vendas realizadas.

b. Estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia era de R\$ 269.172 mil, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 56.025.501 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Abaixo encontra-se demonstrada a divisão da estrutura de capital da Companhia entre capital próprio (representada pelo patrimônio líquido) e capital de terceiros (correspondente ao passivo circulante e não circulante) nas datas indicadas:

(Em R\$ mil ou frações)	Em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Passivo Circulante (a)	974.213	730.087	617.620
Passivo Não Circulante (b)	1.492.841	1.274.506	922.184
Total do Patrimônio Líquido (c)	552.614	565.112	571.490
Total (d)	3.019.668	2.569.705	2.111.294
Capital de Terceiros ((a+b)/d)	81,7%	78,0%	72,9%
Capital Próprio (c/d)	18,3%	22,0%	27,1%

Em 31 de dezembro de 2023, a estrutura de capital contava com 72,9% de capital de terceiros e 27,1% de capital próprio, apresentando redução, em relação ao ano anterior, na proporção de capital próprio em sua estrutura de capital.

Em 31 de dezembro de 2024, o aumento do capital de terceiros em relação a 2023 deveu-se à movimentação de empréstimos corporativos entre o longo e o curto prazo visando ao alongamento da dívida e ao equilíbrio da estrutura de capital, bem como ao aumento do financiamento à construção, em função do crescimento dos lançamentos e do número de obras em andamento.

Em 31 de dezembro de 2025, a estrutura de capital da Companhia apresentou maior participação de capital de terceiros em comparação aos exercícios de 2024 e 2023, reflexo, principalmente, do aumento do financiamento à construção, em linha com a estratégia adotada pela Companhia para suportar a expansão das atividades e o maior volume de obras em execução.

A Administração avalia que a atual estrutura de capital é adequada para a continuidade das operações e que o nível de alavancagem financeira — mensurado pela relação entre a dívida líquida e o capital total, conforme demonstrado no item 2.1.a acima — encontra-se dentro do esperado, considerando o estágio do ciclo operacional da Companhia. A Administração entende, ainda, que a alavancagem tende a reduzir ao longo dos próximos exercícios, à medida que grandes empreendimentos sejam concluídos e haja maior geração de caixa, dado que boa parte do valor a receber se dá após a conclusão das obras.

Adicionalmente, a Companhia possui planejamento consistente voltado ao fortalecimento da geração de caixa nos próximos anos e mantém posição de liquidez confortável e condições patrimoniais consideradas suficientes para a implementação de seu plano de negócios e para o cumprimento de suas obrigações de curto e longo



prazos. O saldo de recebíveis, em conjunto com o caixa disponível e os estoques, mostra-se adequado para suportar as obrigações previstas para os exercícios subsequentes.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Administração avalia que a estrutura de capital da Companhia é suficiente para suprir suas necessidades de caixa, relativas às suas obrigações contratuais decorrentes de empréstimos, financiamentos, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, em especial considerando a situação do índice de liquidez corrente. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar investimentos e aquisições, os Diretores acreditam que a Companhia possui condições de contratar e de honrar tais obrigações.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia financia suas atividades predominantemente via fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais e com contratos de financiamento junto às instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro de Habitação (“SFH”), especialmente, financiamento à produção voltado ao desenvolvimento dos empreendimentos imobiliários. E utiliza também de empréstimos corporativos para reforço de caixa e, eventualmente, capital próprio. No curso normal de suas atividades, mas em montante significativamente menor, a Companhia investe também na aquisição de máquinas e equipamentos, que são destinados à mecanização e industrialização dos canteiros de obra, e em novas tecnologias de sistemas de gestão e inteligência.

A Companhia tem como política realizar o repasse de seus recebíveis para instituições financeiras quando da conclusão de suas obras, em projetos para clientes de média e alta renda. Já para os clientes da faixa “econômico”, é utilizado o financiamento à construção no modelo crédito associativo. Neste tipo de financiamento, os recebíveis (aproximadamente 80% do valor total do imóvel) são repassados às instituições financeiras quando os clientes têm o crédito imobiliário aprovado, que pode acontecer já no início do ciclo do empreendimento, sem vinculação ao estágio de execução das obras. As instituições financeiras, então, repassam os recursos para a construção do empreendimento de acordo com o ritmo de execução da obra e a dívida é amortizada a cada repasse de financiamento dos clientes para os bancos. Com isto, a necessidade de capital de giro é reduzida e, dependendo da velocidade vendas, o saldo devedor do financiamento poderá ser liquidado antes da conclusão da execução do empreendimento.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Sem prejuízo da análise de novas fontes de financiamento, a Companhia pretende continuar utilizando o fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais e fontes de financiamento com recursos do Sistema de Financiamento Imobiliário (“SFI”), cuja amortização se dá por meio da transferência dos recebíveis dos clientes a instituições financeiras. Os referidos financiamentos serão primordialmente utilizados para o desenvolvimento de empreendimentos imobiliários.

No que concerne às fontes e na utilização dos recursos utilizados, a Companhia conta principalmente com o fluxo de caixa das suas operações para gerar capital de giro e subsidiar as suas atividades operacionais e de investimentos. Além disso, a Companhia pode fazer o repasse da sua carteira de recebíveis para bancos, objetivando reciclar seu capital a taxas de retorno mais atraentes.

A tabela abaixo apresenta a evolução e o vencimento dos saldos de carteira de venda decorrentes da incorporação e venda de imóveis nas datas indicadas:

(Em R\$ mil)	Em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Cientes por incorporação de Imóveis			
Unidades Concluídas	69.258	76.532	101.382
Unidades Não concluídas	1.218.627	1.168.393	710.579
Serviço de administração	22.920	20.395	18.100
Provisão para distrato	0	(1.176)	(1.977)
Ajustes a valor presente	(70.389)	(67.524)	(50.825)
Provisão para perdas	(15.609)	(8.934)	(4.981)
	1.224.807	1.187.686	772.278
Títulos a Vencer			
A Vencer até 1 ano	797.106	668.937	460.399
A vencer até 2 anos	1.119.305	877.624	395.191
A vencer até 3 anos	367.109	914.006	652.032
A vencer até 4 anos	233.608	76.272	352.517
A vencer em mais de 4 anos	3.426	3.106	6.887
Títulos Vencidos			
Vencido até 1 ano	92.618	34.133	48.026
Vencido até 2 anos	10.854	6.693	10.684
Vencido até 3 anos	6.513	3.811	8.228
Vencido até 4 anos	3.989	2.114	974
Vencido há mais de 4 anos	5.107	2.439	1.189

O saldo de Contas a Receber de Clientes por Incorporação não está integralmente refletido nas demonstrações financeiras, uma vez que o seu registro é limitado à parcela da receita reconhecida contabilmente pela evolução das obras, liquidas das parcelas já recebidas.

Adicionalmente, a Companhia analisa e estuda constantemente oportunidades e alternativas de financiamento corporativo e operações utilizando os próprios ativos, como cessão de carteira ou venda de estoque para fundos de investimento imobiliário, se valendo também, a depender das condições, de instrumentos do mercado de capitais. Além disso, a Companhia avalia, de tempos em tempos, novas oportunidades de investimentos, tanto diretamente quanto por meio das suas controladas e coligadas ou em parceria com outras incorporadoras, podendo vir a financiar tais investimentos com o seu caixa e disponibilidades, com o caixa gerado pelas suas operações, com a captação de dívidas, com aporte de capital ou pela combinação desses métodos.

f. Níveis de endividamento e características das dívidas

i. Contratos de empréstimos e financiamento relevantes

Dívida Bruta (Em R\$ mil)	Em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Financiamento à Construção	830.029	630.649	325.621
Debêntures, Capital de Giro e Arrendamento Mercantil	679.330	597.931	477.255
Total	1.509.359	1.228.400	802.876
Parcela Circulante	470.001	265.431	164.443
Parcela Não Circulante	1.039.358	962.969	638.433

Em 2025, o endividamento bruto da Companhia apresentou crescimento em relação aos exercícios anteriores, refletindo, principalmente, a ampliação do financiamento à construção, em linha com o avanço físico das obras e com o ciclo de investimento dos últimos anos.



A estrutura da dívida permanece concentrada em financiamentos vinculados aos empreendimentos, que acompanham o ritmo de execução das obras, além de instrumentos corporativos destinados ao suporte da liquidez e ao capital de giro, utilizados de forma complementar à operação.

A gestão do endividamento segue pautada por disciplina financeira, mantendo os prazos alinhados ao ciclo operacional do negócio e custos compatíveis com a estrutura de capital planejada.

A tabela abaixo evidencia a composição do vencimento da dívida bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2025:

(Em milhares de Reais)

Ano de vencimento	Saldo
2026	470.001
2027	441.844
2028	326.694
2029	270.820
Total	1.509.359

Os empréstimos e financiamentos da Companhia são divididos em duas principais modalidades, a saber:

1. Financiamento à construção

O financiamento à construção tem como objetivo viabilizar o desenvolvimento dos empreendimentos durante seu período de construção. As taxas de juros aplicáveis a estes empréstimos variam, conforme a operação, entre 7,5% e 10,90% ao ano, com correção pela variação da Taxa Referencial (“TR”). Em sua maioria, estes financiamentos contam com garantias reais vinculadas aos próprios empreendimentos.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo devedor dos financiamentos contratados pela Companhia é de R\$ 830.029 mil e possui a seguinte composição, por ano de vencimento:

(Em milhares de Reais)

Ano de vencimento	Saldo
2026	389.755
2027	376.192
2028	64.082
2029	0
Total	830.029

2. Financiamento corporativo (capital de giro e debêntures)

O financiamento corporativo compreende operações contratadas com o objetivo de gerenciar a liquidez da Companhia, bem como suportar a aquisição de terrenos e atender às necessidades de capital de giro ao longo do ciclo de desenvolvimento dos empreendimentos. Essas operações têm caráter complementar aos financiamentos à construção e são utilizadas de forma estratégica para equilibrar a estrutura de capital e assegurar a flexibilidade financeira.

a. Debêntures / Notas Comerciais

As debêntures e notas comerciais configuram instrumentos de endividamento voltados ao financiamento das necessidades de recursos de mais longo prazo da Companhia. Trata-se de operações estruturadas, que podem ser realizadas por meio de ofertas públicas ou colocações privadas, conforme a estratégia financeira e as condições de mercado.

Dada a sua finalidade, a Companhia busca, por meio desses instrumentos, estruturas de maior porte, com prazos mais extensos de pagamento. Desde 2023, foram realizadas as seguintes operações:



- Em 29 de setembro de 2023, o conselho de administração da Companhia aprovou a quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para colocação privada (“Debêntures”), pela Companhia, no valor total de R\$ 200 milhões as quais serão integralmente subscritas de forma privada pela VIRGO (“Securizadora”). Foram emitidas até 200.000 (duzentas mil). Debêntures com valor unitário de R\$ 1 mil. Os CRIs foram objeto da série única da 121ª emissão da Securizadora, distribuídos por meio de oferta pública, sob o regime misto de colocação, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022.
- Em 08 de abril de 2024, o conselho de administração da Companhia aprovou a quinta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para colocação privada (“Debêntures”), pela Companhia, no valor total de R\$ 200 milhões as quais serão integralmente subscritas de forma privada pela VIRGO (“Securizadora”). Foram emitidas até 200.000 (duzentas mil). Debêntures com valor unitário de R\$ 1 mil. Os CRIs foram objeto da série única da 155ª emissão da Securizadora, distribuídos por meio de oferta pública, sob o regime misto de colocação, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022.
- Em 04 de outubro de 2024, o conselho de administração da Companhia aprovou a sexta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para colocação privada (“Debêntures”), pela Companhia, no valor total de R\$ 200 milhões as quais serão integralmente subscritas de forma privada pela VIRGO (“Securizadora”). Foram emitidas até 200.000 (duzentas mil). Debêntures com valor unitário de R\$ 1 mil. Os CRIs foram objeto da série única da 212ª emissão da Securizadora, distribuídos por meio de oferta pública, sob o regime misto de colocação, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022.
- Em 30 de abril de 2025, o conselho de administração da Companhia aprovou a sétima emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública da Patrimar Engenharia S.A., celebrado entre a Companhia e a Vórtx Distribuidora (“Agente Fiduciário”) no montante de R\$ 75 milhões. Foram emitidas 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais). As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição pública sob o rito de registro automático perante a CVM, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Resolução CVM nº 160 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

O saldo devedor das debêntures em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 679.330 mil. Os montantes registrados no passivo circulante e não circulante das debêntures possuem a seguinte composição, por ano de vencimento:

(Em milhares de Reais)

Ano de vencimento	Saldo em 31/12/2025
2026	80.246
2027	65.652
2028	262.612
2029	270.820
Total	679.330

Abaixo segue a consolidação dos empréstimos e financiamentos da Companhia na posição de 31 de dezembro de 2025, em comparação a posição relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024:

Modalidade	Vencimento do principal	Taxa efetiva a.a	31/12/2025	31/12/2024
Controladora				
Debênture - 4ª emissão (CRI)	out/28	CDI + 2,00%	206.658	205.065
Debênture - 5ª emissão (CRI) - Série 1	abr/29	CDI + 1,40%	135.155	134.159
Debênture - 5ª emissão (CRI) - Série 2	abr/29	114% CDI	71.079	70.492
Debênture - 6ª emissão (CRI) - Série 1	nov/29	CDI + 1,95%	94.719	94.975
Debênture - 6ª emissão (CRI) - Série 2	nov/29	CDI + 1,95%	108.500	109.109
Debênture - 7ª emissão (CRI)	mai/30	CDI + 1,80%	76.650	-
(-) Custo de captação			(13.431)	(15.869)
Total			679.330	597.931
Ativo Circulante			80.245	10.218
Ativo Não Circulante			599.085	587.713
Controladas:				
Financiamento à construção	05/26 a 11/28	TR + 7,5% a 10,90%	801.005	600.589
Financiamento à construção	07/25 a 01/26	Poupança + 3,55 %	-	29.880
Financiamento à construção	04/28	105% CDI	29.024	-
Total Controladas			801.005	630.469
Total Consolidado			1.509.359	1.228.400
Ativo Circulante			470.001	265.431
Ativo Não Circulante			1.039.358	962.969

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas evidenciadas no item 2.1(h) abaixo.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação entre as dívidas da Companhia, observado que determinadas operações de crédito contratadas junto às instituições financeiras contam com garantias reais atreladas ao respectivo projeto, como a hipoteca das unidades, que poderão ser executadas para quitação ou amortização das referidas dívidas. Além disso, como detalhado neste item “f”, parte dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia são oriundos do SFH e SFI, cujos recursos são utilizados para o desenvolvimento de empreendimentos de incorporação imobiliária em SPEs controladas. Em seus empreendimentos, a Companhia adota o regime tributário de Patrimônio de Afetação, cuja normas estabelecem a segregação do patrimônio do empreendimento do patrimônio do incorporador.

De acordo com os contratos das dívidas contraídas pela Companhia, nenhum tem subordinação com relação à outra, mesmo em eventual concurso universal de credores. Considerando que nos contratos da Companhia não há ordem de precedência, em eventual concurso universal de credores, ressalvadas as garantias reais constituídas nos termos indicados acima, a Companhia obedece aos termos estabelecidos na legislação brasileira.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

A Companhia figura como tomadora em contratos de empréstimos e financiamentos, conforme descrito no item 2.1(f) e, nesse contexto, está sujeita ao cumprimento de determinadas obrigações e restrições que, caso descumpridas, podem ensejar o vencimento antecipado das dívidas vigentes na data de apresentação deste



Formulário. Tais restrições são usuais e compatíveis com práticas de mercado para operações da mesma natureza e incluem, entre outras:

- alteração do controle direto ou indireto da Companhia; e
- alienação de ativos relevantes da Companhia;

Adicionalmente, determinados contratos de empréstimos e financiamentos preveem a observância de cláusulas restritivas (“covenants”) atreladas a indicadores financeiros, os quais são apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de cada ano.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia encontrava-se plenamente em conformidade com as cláusulas restritivas previstas nesses contratos, não havendo registro de descumprimento ou eventos de vencimento antecipado.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A tabela abaixo evidencia os limites de financiamentos contratados pela Companhia já utilizados e disponíveis nas datas indicadas:

R\$ Mil	Em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Limite Contratado	2.566.455	2.169.536	1.396.989
Limite Utilizado	829.850	1.138.007	447.159
% Disponível	58,4%	52,5%	32,0%

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Consolidado para os períodos de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Em R\$ mil ou %)	Exercício encerrado em 31/12/2025		Exercício encerrado em 31/12/2024		AH%
		AV%		AV%	
Receita Bruta de Vendas de Imóveis	1.679.033	103,5%	1.621.793	115,1%	3,5%
Receita de Serviços	2.186	95,3%	2.295	35,3%	-4,7%
Receita Bruta	1.681.219	103,5%	1.624.088	114,7%	3,5%
Deduções da Receita	(218.043)	136,7%	(159.556)	265,0%	36,7%
Receita Operacional Líquida	1.463.176	99,9%	1.464.532	108,0%	-0,1%
Custo dos Imóveis Vendidos	(1.139.080)	97,6%	(1.166.844)	109,8%	-2,4%
Lucro Bruto	324.096	108,9%	297.688	101,8%	8,9%
Despesas Gerais e Administrativas	(101.038)	116,5%	(86.763)	130,0%	16,5%
Despesas com Vendas	(119.110)	104,1%	(114.395)	117,4%	4,1%
Outras Receitas (despesas) Operacionais, Líquidas	14.664	415,6%	3.528	-39,5%	315,6%
Resultado Operacional	118.612	118,5%	100.058	83,9%	18,5%
Receitas Financeiras	51.925	98,0%	52.964	106,3%	-2,0%
Despesas Financeiras	(115.880)	125,7%	(92.157)	166,6%	25,7%
Resultado da equivalência patrimonial	5.025	145,1%	3.463	-120,0%	45,1%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	59.682	92,8%	64.328	58,0%	-7,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(27.093)	92,9%	(29.176)	92,9%	-7,1%
Lucro Líquido do Período	32.589	92,7%	35.152	44,2%	-7,3%
Acionistas da companhia	27.689	86,8%	31.882	61,7%	-13,2%
Participação de não controladores	4.900	149,8%	3.270	11,7%	49,8%

Receita Bruta de Vendas de Imóveis

A receita bruta de vendas de imóveis somou R\$ 1,7 bilhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, representando um aumento de 3,5% em relação aos R\$ 1,6 bilhão registrados do mesmo período no ano



anterior. Esse aumento decorreu, principalmente, do maior reconhecimento de receita em razão do avanço das obras no período, uma vez que a receita de venda de imóveis da Companhia é reconhecida ao longo do tempo (*over time*), conforme regras contábeis aplicáveis. Dessa forma, a evolução física das obras e das unidades vendidas impacta diretamente o resultado reconhecido.

Receita de Serviços

A receita de serviços somou R\$ 2,2 milhões em 2025, representando uma redução de 4,7% em relação aos R\$ 2,3 milhões de 2024. Essa variação é decorrente da redução do volume dos serviços prestados de administração de obras para modificações em unidades adquiridas da Companhia, para executar tais serviços. A Companhia cobra um percentual do valor gasto na modificação solicitada pelo cliente.

Receita Bruta

A receita bruta somou R\$ 1,7 bilhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, representando um aumento de 3,5% em relação aos R\$ 1,6 bilhão registrados do mesmo período no ano anterior. Esse avanço foi impulsionado, principalmente, pela maior evolução física das obras em andamento, que impactou diretamente o reconhecimento da receita no período.

Deduções da Receita

As deduções da receita somaram R\$ 218,0 milhões em 2025, representando um aumento de 36,7% em relação aos R\$ 159,6 milhões de 2024. Essa variação é decorrente do aumento de distratos de vendas.

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida totalizou R\$ 1,5 bilhão em 2025, mantendo-se praticamente estável em relação do exercício anterior, com variação negativa de 0,1%.

Custo dos Imóveis Vendidos

O custo dos imóveis vendidos somou R\$ 1,1 bilhão em 2025, representando uma redução de 2,4% em relação aos R\$ 1,2 bilhão do ano anterior. Essa variação decorreu, principalmente, dos relevantes avanços em eficiência operacional, com a padronização de processos, redução de desperdícios e melhor controle de custos de obra.

Lucro Bruto

O lucro bruto somou R\$ 324,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, representando um aumento de 8,9% em relação aos R\$ 297,7 milhões do ano anterior. Essa evolução é sustentada pelo fortalecimento dos processos, conforme comentado no custo dos imóveis vendidos.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas somaram R\$ 101,0 milhões em 2025, representando um aumento de 16,5% em relação aos R\$ 86,8 milhões registrados em 2024. Essa variação decorreu, principalmente, do reforço da estrutura organizacional, bem como dos investimentos contínuos em pessoal e em suporte corporativo, especificamente em tecnologia, necessários para sustentar o tamanho da Companhia.

Despesas Comerciais

As despesas comerciais somaram R\$ 119,1 milhões em 2025, representando um aumento de 4,1% em relação aos R\$ 114,4 milhões registrados em 2024. Essa variação é reflexo da maior intensidade da atividade comercial no período, impulsionada pelo forte ciclo de lançamentos.

Outras Receitas (despesas) Operacionais, Líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas somaram R\$ 14,7 milhões de receitas no ano de 2025, representando um aumento de 315,6% em relação aos R\$ 3,6 milhões de receita do ano de 2024. Esse efeito decorre, principalmente, do reconhecimento de receita proveniente de multas por distrato, associado ao aumento do volume de distratos no período e à consequente maior retenção de valores.



Resultado Operacional

O resultado operacional somou R\$ 118,6 milhões em 2025, representando um aumento de 18,5% em relação aos R\$ 100,1 milhões registrados em 2024, em linha com a expansão do volume de lançamentos e o maior nível de atividade operacional no período.

Resultado Financeiro

As receitas financeiras totalizaram R\$ 51,9 milhões em 2025, representando uma redução de 2,0% em relação ao valor registrado em 2024. As despesas financeiras, por sua vez, somaram R\$ 115,9 milhões, um aumento de 25,7% em comparação aos R\$ 92,2 milhões registrados no exercício anterior. Como resultado, houve uma piora do resultado financeiro, refletindo, principalmente, o aumento das despesas financeiras decorrente da emissão de debêntures no montante de R\$ 75 milhões realizada em maio/25 e de uma maior taxa média do CDI, comparativamente a 2024.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido do exercício totalizou R\$ 32,6 milhões em 2025, representando uma redução de 7,3% em relação aos R\$ 35,2 milhões apurados em 2024. Essa variação é decorrente de um ambiente de crédito mais restritivo, maior volume de distratos, além da postergação do início de determinadas obras, o que afetou o ritmo de evolução física dos empreendimentos.

Fluxo de Caixa dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Discutimos abaixo as principais variações nas demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa para os períodos de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(R\$ Mil)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	302.281	425.150
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(211.760)	(485.697)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	58.497	(39.752)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	250.837	402.580
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	399.855	302.281

Atividades operacionais

O caixa líquido aplicado nas atividades operacionais somou R\$ 211,8 milhões em 2025, representando uma redução de 56,4% em relação aos R\$ 485,7 milhões aplicados em 2024. O volume de caixa aplicado nas operações foi menor em função de recebimento maior pelo ciclo de conclusão de obras.

Atividades de investimento

Em 2025, as atividades de investimento passaram de um consumo líquido de caixa de R\$ 39,7 milhões em 2024, para uma geração líquida de R\$ 58,5 milhões, representando uma variação positiva de R\$ 98,2 milhões no período. Decorrente, principalmente, da menor aplicação líquida em títulos e valores mobiliários e da redução dos adiantamentos a empresas ligadas.

Atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou R\$ 250,8 milhões em 2025, representando uma redução em relação aos R\$ 402,6 milhões gerados em 2024, refletindo principalmente a menor captação de empréstimos e financiamentos no período.

Demonstração do Resultado Consolidado para os períodos de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(Em R\$ mil ou %)	Exercício encerrado em 31/12/2024		Exercício encerrado em 31/12/2023		AH%
		AV%		AV%	
Receita Bruta de Vendas de Imóveis	1.621.793	110,7%	1.409.200	104,0%	15,1%
Receita de Serviços	2.295	0,2%	6.499	0,5%	-64,7%
Receita Bruta	1.624.088	110,9%	1.415.699	104,4%	14,7%
Deduções da Receita	(159.556)	-10,9%	(60.200)	-4,4%	165,0%
Receita Operacional Líquida	1.464.532	100,0%	1.355.499	100,0%	8,0%
Custo dos Imóveis Vendidos	(1.166.844)	-79,7%	(1.063.099)	-78,4%	9,8%
Lucro Bruto	297.688	20,3%	292.400	21,6%	1,8%
Despesas Gerais e Administrativas	(86.763)	-5,9%	(66.731)	-4,9%	30,0%
Despesas com Vendas	(114.395)	-7,8%	(97.441)	-7,2%	17,4%
Outras Receitas (despesas) Operacionais, líquidas	3.528	0,2%	(8.927)	-0,7%	-139,5%
Resultado Operacional	100.058	6,8%	119.301	8,8%	-16,1%
Receitas Financeiras	52.964	3,6%	49.816	3,7%	6,3%
Despesas Financeiras	(92.157)	-6,3%	(55.309)	-4,1%	66,6%
Resultado da equivalência patrimonial	3.463	0,2%	(2.885)	-0,2%	-220,0%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	64.328	4,4%	110.923	8,2%	-42,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(29.176)	-2,0%	(31.411)	-2,3%	-7,1%
Lucro Líquido do Período	35.152	2,4%	79.512	5,9%	-55,8%
Acionistas da companhia	31.882	2,2%	51.643	3,8%	-38,3%
Participação de não controladores	3.270	0,2%	27.869	2,1%	-88,3%

Receita Bruta de Vendas de Imóveis

A receita bruta de vendas de imóveis somou R\$ 1,6 bilhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de 15,1% em relação aos R\$ 1,4 bilhão do mesmo período no ano anterior. Essa variação é decorrente de lançamentos de alto luxo no mercado de Belo Horizonte e Rio de Janeiro, que teve um grande sucesso como os empreendimentos Icon, Skyline e Gran Quartier II. Outro fator, que impactou a receita bruta de vendas são as evoluções das obras, como a receita de venda de imóveis da Companhia é reconhecida over time, conforme regras contábeis, a evolução das obras e das unidades vendidas impacta a receita.

Receita de Serviços

A receita de serviços somou R\$ 2,3 milhões em 2024, representando uma redução de 64,7% em relação aos R\$ 6,5 milhões de 2023. Essa variação é decorrente da redução do volume dos serviços prestados de administração de obras para modificações em unidades adquiridas da Companhia, para executar tais serviços. A Companhia cobra um percentual do valor gasto na modificação solicitada pelo cliente.

Receita Bruta

A receita bruta somou R\$ 1,6 bilhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de 14,7% em relação aos R\$ 1,4 bilhão do mesmo período no ano anterior. Essa variação é decorrente, principalmente, do aumento significativo de vendas de imóveis de alto padrão e das atividades de construção no ano.



Deduções da Receita

As deduções da receita somaram R\$ 159,6 milhões em 2024, representando um aumento de 165,0% em relação aos R\$ 60,2 milhões de 2023. Essa variação é decorrente do aumento de distratos de vendas, bem como ao aumento na tributação sobre vendas devido ao crescimento das vendas no período.

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida somou R\$ 1,5 bilhão em 2024, representando um aumento de 8,0% em relação aos R\$ 1,4 bilhão do ano anterior. Essa variação é decorrente dos valores de receita de venda de imóveis que teve uma variação significativa no período.

Custo dos Imóveis Vendidos

O custo dos imóveis vendidos somou R\$ 1,2 bilhão em 2024, representando um aumento de 9,8% em relação aos R\$ 1,1 bilhão do ano anterior. Essa variação é decorrente do aumento do número total de obras em andamento, reflexo da inflação nos canteiros de obra, e de uma presença maior de permutas, além do crescente número de lançamentos de imóveis de alto padrão.

Lucro Bruto

O Lucro Bruto somou R\$ 297,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de 1,8% em relação aos R\$ 292,4 milhões do ano anterior. Essa variação é decorrente das modificações de receita e custos acima mencionados.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativa somaram R\$ 86,8 milhões em 2024, representando um aumento de 30,0% em relação aos R\$ 66,7 milhões de 2023. Essa variação é decorrente do maior investimento em pessoal em áreas estratégicas, visando suportar o ciclo de crescimento da Companhia. Com o avanço das obras lançadas, que estão com percentual de vendas elevado e o novo ciclo de crescimento por novos lançamentos a serem realizados, a alavancagem operacional somada a diligência da Companhia na gestão das despesas possibilita ganhos de produtividade dos nossos times, reduzindo a proporção do G&A na Receita Líquida.

Outras Receitas (despesas) Operacionais, Líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas somaram R\$ 3,6 milhões de receitas no ano de 2024, representando uma redução de 139,5% em relação aos R\$ 8,9 milhões de despesas do ano de 2023. Essa variação é decorrente principalmente de despesas com contingências.

Resultado Operacional

O resultado operacional somou R\$ 100,1 milhões em 2024, representando uma redução de 16,1% em relação aos R\$ 119,3 milhões de 2023. Essa variação é decorrente das oscilações de receitas, custos e despesas mencionadas anteriormente contribuindo para um desempenho operacional aprimorado.

Resultado Financeiro

As receitas financeiras somaram R\$ 53,0 milhões em 2024, um crescimento de 6,3% em relação a 2023, quando totalizou R\$ 49,8 milhões, fruto de um maior saldo de caixa médio em 2024 e um percentual de CDI médio sobre os investimentos mais alto em 2024 comparativamente a 2023. Já as despesas financeiras somaram R\$ 92,2 milhões em 2024, representando um aumento de 66,6% em relação aos R\$ 55,3 milhões de 2023, resultado de uma maior exposição média de dívida atrelada ao CDI em 2024 quando comparado ao ano de 2023.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e contribuição social somou R\$ 64,3 milhões em 2024, representando uma redução de 42,0% em relação aos R\$ 110,9 milhões do ano anterior. Essa variação é decorrente do crescimento das receitas e do lucro da Companhia.



Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido do exercício somou R\$ 35,2 milhões em 2024, representando uma redução de 55,8% em relação aos R\$ 79,5 milhões do ano anterior. Essa variação é decorrente dos fatores acima indicados.

Fluxo de Caixa dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2024

Discutimos abaixo as principais variações nas demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa para os períodos de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2024.

(R\$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	425.150	330.137
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(485.697)	(73.946)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(39.752)	(114.746)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	402.580	283.705
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	302.281	425.150

Atividades operacionais

O caixa líquido aplicado nas atividades operacionais somou R\$ 485,7 milhões em 2024, representando um aumento de 556,8% em relação aos R\$ 73,9 milhões aplicados em 2023. Essa variação é decorrente da variação do contas a receber e adiantamentos de clientes.

Atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento somou R\$ 39,7 milhões no ano de 2024, representando um crescimento de 65,4% em relação aos R\$ 114,7 milhões do mesmo exercício no ano anterior. Essa variação é decorrente de principalmente de aquisição de ativos imobilizados e intangíveis.

Atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento somou R\$ 402,6 milhões em 2024, representando um aumento de 41,9% em relação aos R\$ 283,7 milhões gerados no ano anterior. Essa variação é principalmente decorrente da captação de empréstimos e financiamentos.

2.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações da Companhia e suas controladas, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita operacional bruta da Companhia é composta pela venda de imóveis e pela prestação de serviços, sendo que a maior parte da receita decorre da venda de imóveis incorporados pela própria Companhia.

Venda de imóveis:

A receita de incorporação imobiliária inclui os valores provenientes das unidades vendidas e revendidas dos empreendimentos, apuradas de acordo com a metodologia do Percentage of Completion (“POC”), que consiste no reconhecimento da receita com base no custo de construção incorrido ao longo da execução da obra.

Prestação de Serviços:

A receita proveniente de prestação de serviços consiste nos valores recebidos em decorrência das comissões de intermediações de vendas imobiliárias, das taxas de administração cobradas dos parceiros da Companhia e faturadas pela construtora da Companhia nas obras que realiza, além da realização de obras por empreitada para terceiros.

II. *Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais*

As receitas auferidas pela Companhia provêm principalmente de vendas contratadas de lançamentos imobiliários realizados pela própria Companhia, as quais são reconhecidas de acordo com a evolução financeira dos empreendimentos imobiliários, de forma proporcional ao índice de execução das respectivas obras, isto é, o reconhecimento de receita ocorre à medida que a obra evolui, de acordo com a metodologia do POC. Portanto, o reconhecimento de receita reflete os lançamentos e vendas de empreendimentos que estão sendo construídos e/ou foram entregues.

O reconhecimento de receita e, por consequência, o resultado operacional, dessa forma, ocorre pela combinação do desempenho de vendas e da evolução financeira das obras. Assim, as receitas da Companhia variaram ao longo dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 de acordo com os respectivos volumes de vendas contratadas e obras em andamento, ambos impactados pelo aumento do volume de lançamentos de empreendimentos imobiliários nos últimos anos.

Adicionalmente, determinados fatores macroeconômicos influenciam diretamente os resultados do setor de incorporação imobiliária, tais como o crescimento da economia, a redução das taxas de desemprego e a capacidade geração de renda, a redução das taxas de juros, disponibilidade de crédito e a promoção de alternativas de captação para o desenvolvimento dos empreendimentos imobiliários, bem como o elevado déficit habitacional (demanda por moradia vis-à-vis disponibilidade de imóveis no mercado) nos mercados de atuação da Companhia.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Os contratos de compra e venda de imóveis celebrados com os clientes, preveem, de modo geral, correção do saldo devedor pela variação anual do Índice Nacional da Construção Civil (“INCC”) para a fase de construção e, após sua conclusão, pelo Índice Geral de Preços de Mercado (“IGPM”) ou Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), acrescido de um determinado *spread*. Assim, as receitas de vendas da Companhia podem ser afetadas de acordo com a variação desses índices. O INCC, em sua apuração, abrange materiais e equipamentos, serviços e mão de obra da construção, com dados coletados, atualmente, em sete capitais do Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Porto Alegre e Brasília). Por se tratar de um índice com uma carteira específica de produtos e base geográfica delimitada, o INCC pode não representar integralmente a evolução dos custos do setor, sobretudo nas regiões fora de sua abrangência, quanto à coleta dos dados, e para empresas com mix de insumos diferente do utilizado no índice.

Adicionalmente, a receita de incorporação imobiliária é apurada de acordo com a metodologia do POC, que consiste no reconhecimento da receita com base no custo de construção incorrido ao longo da execução da obra. Dessa forma, a receita da Companhia também é afetada pela velocidade de construção de seus empreendimentos, bem como pelos lançamentos de novos empreendimentos.

Considerando que a Companhia não tem em suas atividades operacionais e de financiamento, exposição a moedas estrangeiras, não há variações de receitas atribuíveis a taxas de câmbio.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:

Taxas de Inflação, da variação dos principais insumos e produtos

Conforme evidenciado no item 2.2(b) acima, os contratos de compra e venda de imóveis são reajustados, até a data do repasse do cliente para instituição financeira, pelo INCC e, após a entrega das chaves, pelo IGPM ou IPCA acrescido de um determinado *spread*. O INCC visa capturar as variações dos custos de construção, incluindo os insumos e serviços. Com relação aos empreendimentos, periodicamente as tabelas de vendas são revistas de acordo, principalmente, com a evolução do estágio das obras e do ritmo de vendas.



Câmbio

Atualmente a Companhia não possui exposição direta em moedas estrangeiras, de forma que todo risco cambial se aplica de forma indireta, impactando o preço de alguns insumos atrelados a *commodities*, como aço (estrutura), cobre (cabos elétricos) e petróleo (impermeabilizantes), e pode ser representado pelos riscos macroeconômicos da economia brasileira. Esses impactos indiretos acabam refletidos no INCC, que, conforme detalhado acima, indexa os recebíveis de unidades em construção.

Taxa de Juros

A variação nas taxas juros poderá afetar o custo do financiamento imobiliário e influenciar a demanda pelos empreendimentos imobiliários da Companhia, além de afetar os custos de financiamento a produção e da dívida da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía empréstimos e financiamentos circulante e não circulante totais de R\$ 1.509,4 milhões, sendo: (i) R\$ 830,0 milhões referentes ao financiamento à produção, contratado junto ao SHF e SFI, sendo parte deles atrelados à Tara Referencial (“TR”); e (ii) R\$ 679,3 milhões referente a debêntures (integralmente atreladas ao CDI).

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía empréstimos e financiamentos circulante e não circulante totais de R\$ 1.228,4 milhões, sendo: (i) R\$ 630,5 milhões referentes ao financiamento a produção contratado junto ao SFH e SFI, sendo parte deles atrelados à Taxa Referencial (“TR”) ou à Poupança; e (ii) R\$ 597,9 milhões referente a debêntures (integralmente atreladas ao CDI).

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía empréstimos e financiamentos circulante e não circulante totais de R\$ 802,9 milhões, sendo: (i) R\$ 325,6 milhões referentes ao financiamento a produção contratado junto ao SFH e SFI, sendo parte deles atrelados à Taxa Referencial (“TR”) ou à Poupança; e (ii) R\$ 477,3 milhões referente a debêntures (integralmente atreladas ao CDI).

A receita financeira, advinda da aplicação do caixa disponível da Companhia, também poderá ser influenciada pela modificação nas taxas de juros, substancialmente a taxa CDI que remunera suas aplicações financeiras.

2.3 – Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve alterações nas práticas contábeis que tenham gerado efeitos significativos em relação às informações abordadas neste item 2.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

A Diretoria da Companhia confirma que não ocorreram ressalvas no relatório dos auditores independentes nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2024 e 2025.

Foram inseridas ênfases nos pareceres e relatórios dos auditores independentes da Companhia nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2024 e 2025 com texto indicado abaixo:

“Chamamos a atenção para a nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela entidade para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 (IFRS 15). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.”



A Companhia ressalta que as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários bem como consideram o Ofício Circular/CVM/SNC/SEP n.º 02/2022. Além disso, a administração da Companhia se manterá atualizada com relação às normas e práticas contábeis aplicáveis.

2.4 – Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, tendo em vista que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2024 e 2025, nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado no âmbito das atividades da Companhia que causaram ou possa causar efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 23 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou a celebração de Contrato de Compra e Venda de Participação Societária e Outras Avenças (“Contrato”) com o FII Alicerce Desenvolvimento Imobiliário Fundo de Investimento Imobiliário de Responsabilidade Limitada (“Fundo”), gerido pela Manatí Capital Management, tendo como intervenientes anuentes a Alicerce PM Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“Alicerce” ou “Sociedade”) e, ainda, as sociedades Jardinaves 3 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., Indaiatuba 1 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., Nilo Peçanha Empreendimentos Imobiliários RJ0037 SPE Ltda., SPE das Américas 1 Empreendimentos Imobiliários Ltda., Campo Grande Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., Jardins Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. e Penha RJ Empreendimentos Imobiliários Ltda., responsáveis pela incorporação e construção de empreendimentos imobiliários do Grupo Patrimar nas cidades de Indaiatuba, Rio de Janeiro, São José dos Campos, Campinas e Nova Lima. Nos termos do Contrato, a Companhia alienou ao Fundo, em caráter definitivo, quotas representativas do capital social da Alicerce, que, por sua vez, é titular de 100% do capital social das SPEs. O Fundo se comprometeu a realizar aporte via aumento de capital social, a ser concluído em até 7 meses da assinatura do contrato, o que resultará em participação aproximada de 35% do capital social.

Em 22 de dezembro de 2025, ocorreu alienação de participação relevante realizada por seus acionistas pessoas físicas, que transferiram à PRMV Participações Ltda. a integralidade das ações ordinárias de emissão da Companhia então detidas diretamente, totalizando 20.221.343 ações ordinárias, correspondentes a 36,09% do capital social. A operação teve como objetivo a reestruturação das participações societárias e a implementação de estratégias de gestão patrimonial. A PRMV passou a deter 100% das ações ordinárias da Companhia, permanecendo integralmente controlada pelos mesmos acionistas pessoas físicas, não havendo alteração no controle final da Companhia.

Em janeiro de 2023, a Companhia finalizou o processo de formação da *joint venture* com a Performance Empreendimentos Imobiliários, com a assinatura dos documentos definitivos para o investimento conjunto na Viv In Multifamily Ltda., desenvolvedora e proprietária de empreendimentos residenciais multifamiliares voltados para renda, e a Livizi Property Management Ltda., gestora de empreendimentos residenciais multifamiliares para renda. Trata-se de negócio ainda incipiente e sem impactos relevantes nos resultados da Patrimar.

c. Eventos ou operações não usuais

Em 2025 não houve eventos ou operações não usuais que impactassem ou causassem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.5 – Medições não contábeis

Consistente com práticas de mercado, a Companhia divulga medidas não contábeis que não consistem em medidas de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e as Normas



Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil. A Diretoria acredita que a apresentação dessas medidas é capaz de fornecer informações úteis para investidores terem melhor entendimento da performance operacional e resultados financeiros da Companhia. Entretanto, estas medidas não contábeis não têm significados e metodologias padronizados e podem não ser diretamente comparáveis com métricas de nome igual ou similar publicadas por outras companhias, devido a diferentes metodologias de cálculo ou a itens que podem ser objeto de interpretação. Ainda que essas medidas não contábeis sejam usadas frequentemente por investidores no mercado e pela Diretoria para análise de sua posição financeira e operacional, potenciais investidores não devem basear sua decisão de investimento nessas informações como um substituto para as medidas contábeis ou como indicativo de resultados futuros.

As informações incluídas neste item 2.5 foram preparadas com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações constantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas respectivas notas explicativas, disponíveis em nosso site (<https://ri.patrimar.com.br/>) e no site da CVM (www.gov.br/cvm).

a. Informar o valor das medições não contábeis

EBITDA E MARGEM EBITDA

(valores expressos em milhões de R\$, exceto percentuais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro		
	2025	2024	2023
EBITDA	156.177	132.202	140.590
EBITDA Ajustado	225.557	170.804	166.904
Margem EBITDA	10,67%	9,00%	10,40%
Margem EBITDA Ajustado	15,42%	11,70%	12,30%
Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)	5,80%	6,20%	14,30%

EBITDA AJUSTADO E MARGEM EBITDA AJUSTADO

O EBITDA (Earning Before Interest, Taxes Depreciation and Amortization), sigla em inglês para denominar LAJIDA (Lucro Antes De Juros, Impostos Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 (“Resolução CVM 156”) e em conformidade com o Ofício Circular Anual CVM/SEP 2023, de 28 de fevereiro de 2023, conciliada com suas demonstrações financeiras. O EBITDA consiste no lucro líquido do exercício, acrescido das receitas (despesas) financeiras líquidas, do imposto de renda e da contribuição social e da depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo IFRS e não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não são medidas alternativas aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza o EBITDA e a Margem EBITDA como medidas de desempenho para efeito gerencial e para comparação com empresas similares.

Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse mesmo significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM 156 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Resolução CVM 156.

No mercado imobiliário, contabilmente, os juros do financiamento de construção são capitalizados ao custo do produto, ao invés de tidos como despesa financeira, já que são decorrentes do processo produtivo.

Portanto, para melhor compreensão se faz necessário o uso do EBITDA Ajustado, em que os encargos financeiros capitalizados são incorporados ao resultado obtida pela metodologia padrão estipulada pela Resolução CVM 156. O EBITDA Ajustado consiste no lucro líquido do exercício, acrescido das receitas (despesas) financeiras líquidas, do imposto de renda e da contribuição social e da depreciação e amortização, excluindo-se os encargos

financeiros capitalizados ao custo do produto.

O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. A Margem EBITDA Ajustada é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida.

A Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada divulgados pela Companhia podem não ser comparáveis ao EBITDA Ajustado e à Margem EBITDA Ajustado preparados por outras sociedades.

b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, MARGEM EBITDA, EBITDA AJUSTADO E MARGEM EBITDA AJUSTADO

(valores expressos em milhões de R\$, exceto percentuais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro		
	2025	2024	2023
Lucro Líquido do exercício¹	32.589	35.152	79.512
(+) Imposto de renda e contribuição social	27.093	29.176	31.411
(+) Receitas (despesas) financeiras, líquidas	63.955	39.193	5.493
(+) Depreciação e amortização	32.540	28.681	24.174
EBITDA	156.177	132.202	140.590
Margem EBITDA (%)	10,67%	9,00%	10,40%
Encargos financeiros capitalizados	69.380	38.602	26.313
EBITDA Ajustado	225.557	170.804	166.904
Margem EBITDA Ajustado (%)	15,42%	11,63%	12,30%

¹ Lucro líquido do exercício, acrescido das receitas (despesas) financeiras líquidas, do imposto de renda e da contribuição social e da depreciação e amortização, excluindo-se os encargos financeiros capitalizados ao custo do produto. No mercado imobiliário, contabilmente, os juros do financiamento de construção são capitalizados ao custo do produto, ao invés de tidos como despesa financeira, já que são decorrentes do processo produtivo. Portanto, para melhor compreensão se faz necessário o uso do EBITDA Ajustado, em que os encargos financeiros capitalizados são incorporados ao resultado obtido pela metodologia padrão estipulada pela Instrução CVM nº 527. O EBITDA Ajustado consiste no lucro líquido do exercício, acrescido das receitas (despesas) financeiras líquidas, do imposto de renda e da contribuição social e da depreciação e amortização, excluindo-se os encargos financeiros capitalizados ao custo do produto. O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a margem EBITDA e a margem EBITDA Ajustado não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM e não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não são medidas alternativas aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza o EBITDA, o EBITDA Ajustado, a margem EBITDA e a margem EBITDA Ajustado como medidas de desempenho para efeito gerencial e para comparação com empresas similares.

RETORNO SOBRE PATRIMÔNIO LÍQUIDO (ROE)

(valores expressos em milhões de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro		
	2025	2024	2023
Lucro Líquido do exercício	32.589	35.152	79.512
Patrimônio Líquido	552.614	565.112	571.490
Total do Patrimônio Líquido Médio	558.863	568.301	554.593
ROE	5,8%	6,2%	14,3%

c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA e o EBITDA Ajustado funcionam como indicadores de nosso desempenho econômico geral, que não são afetados por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária sobre o lucro ou dos níveis de depreciação e amortização, sendo que o EBITDA Ajustado é ainda ajustado para excluir os efeitos dos encargos financeiros incluídos na rubrica de custos dos imóveis vendidos. O EBITDA e o EBITDA Ajustado, no entanto, apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa,



os nossos lucros, tais como resultado financeiro, tributos, depreciação e amortização, despesas de capital e entre outros.

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada não são medidas contábeis reconhecidas pelo BR GAAP e nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não representam o fluxo de caixa para os períodos/exercícios apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis às medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

RETORNO SOBRE PATRIMÔNIO LÍQUIDO (ROE)

O retorno sobre o patrimônio líquido, do inglês Return on Equity (“ROE”), não é uma medida de desempenho operacional, lucratividade ou liquidez definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. O ROE tem a finalidade de medir a rentabilidade de uma empresa ao revelar quanto de seu lucro é gerado em relação aos recursos investidos pelos acionistas. O ROE é calculado através da divisão entre o lucro líquido do período/exercício pelo patrimônio líquido médio da Companhia. A Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão a mesma definição de ROE adotada pela Companhia. Nesse sentido, o ROE divulgado pela Devedora pode não ser comparável ao ROE divulgado por outras sociedades.

2.7 – Política de Destinação dos resultados

Período	2025	2024	2023
(a) Regras sobre retenção de lucros	Nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), a Assembleia Geral da Companhia poderá deliberar, por proposta da Administração, a retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em investimentos da Companhia. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, sobre o lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) será destinado antes de qualquer outra destinação, para a reserva legal, sem que exceda 20% (vinte por cento) do capital social, e respeitado o limite máximo previsto na Lei das Sociedades por Ações. Não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal se o saldo da reserva legal	Nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), a Assembleia Geral da Companhia poderá deliberar, por proposta da Administração, a retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em investimentos da Companhia. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, sobre o lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) será destinado antes de qualquer outra destinação, para a reserva legal, sem que exceda 20% (vinte por cento) do capital social, e respeitado o limite máximo previsto na Lei das Sociedades por Ações. Não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal se o saldo da reserva legal	Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral da Administração, a retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em investimentos da Companhia. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, sobre o lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) será destinado antes de qualquer outra destinação, para a reserva legal, sem que exceda 20% (vinte por cento) do capital social, e respeitado o limite máximo previsto na Lei das Sociedades por Ações. Não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal se o saldo de reservas de capital exceder 30% (trinta por



Período	2025	2024	2023
	<p>acrescido do montante de reservas de capital exceder 30% (trinta por cento) do capital social. Adicionalmente, conforme previsto no artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, poderá aprovar proposta de sua Administração para reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado. Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, do lucro líquido da Companhia, no valor de R\$ 27,7 milhões, foi destinado R\$ 1,4 milhões para constituição de reserva legal de lucros, R\$ 9,7 milhões à título de dividendos, R\$ 16,6 milhões como reserva de retenção de lucros. Os montantes de lucro líquido, dividendos e retenções acima descritos são calculados em conformidade com as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>a.1) Valores das Retenções de Lucros: R\$ 16,6 milhões.</p> <p>a.2) Percentuais em relação aos Lucros Totais Declarados: 60,00%.</p>	<p>do montante de reservas de capital exceder 30% (trinta por cento) do capital social. Adicionalmente, conforme previsto no artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, poderá aprovar proposta de sua Administração para reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado. Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, do lucro líquido da Companhia, no valor de R\$ 31,9 milhões, foi destinado R\$ 1,6 milhões para constituição de reserva legal de lucros, R\$ 7,6 milhões à título de dividendos, R\$ 22,0 milhões como reserva de retenção de lucros. Os montantes de lucro líquido, dividendos e retenções acima descritos são calculados em conformidade com as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>a.1) Valores das Retenções de Lucros: R\$ 22,0 milhões.</p> <p>a.2) Percentuais em relação aos Lucros Totais Declarados: 69,05%.</p>	<p>cento) do capital social. Adicionalmente, conforme previsto no artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, poderá aprovar proposta de sua Administração para reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado. Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o lucro líquido da Companhia, no valor de R\$ 51,6 milhões, foi destinado R\$ 2,6 milhões para constituição de reserva legal de lucros, R\$ 32,5 milhões como reserva de retenção de lucros. Os montantes de lucro líquido, dividendos e retenções acima descritos são calculados em conformidade com as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>a.1) Valores das Retenções de Lucros: R\$ 32,5 milhões.</p> <p>a.2) Percentuais em relação aos Lucros Totais Declarados: 69,95%.</p>
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	<p>O Estatuto Social prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado pelas reservas legais e estatutárias seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.</p>	<p>O Estatuto Social prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado pelas reservas legais e estatutárias seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.</p>	<p>O Estatuto Social prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado pelas reservas legais e estatutárias seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.</p>

Período	2025	2024	2023
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	A distribuição de dividendos é realizada anualmente, conforme o nosso Estatuto Social, podendo, no entanto, mediante deliberação do Conselho de Administração, declarar dividendos intermediários à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros. Podemos, ainda, levantar balanço e distribuir dividendos intercalares, em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital.	A distribuição de dividendos é realizada anualmente, conforme o nosso Estatuto Social, podendo, no entanto, mediante deliberação do Conselho de Administração, declarar dividendos intermediários à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros. Podemos, ainda, levantar balanço e distribuir dividendos intercalares, em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital.	A distribuição de dividendos é realizada anualmente, conforme o nosso Estatuto Social, podendo, no entanto, mediante deliberação do Conselho de Administração, declarar dividendos intermediários à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros. Podemos, ainda, levantar balanço e distribuir dividendos intercalares, em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital.
(d) Restrições à distribuição de dividendos	Não são impostas quaisquer restrições à distribuição de dividendos por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, nem por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Não são impostas quaisquer restrições à distribuição de dividendos por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, nem por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Não são impostas quaisquer restrições à distribuição de dividendos por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, nem por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
(e) política de destinação de resultados formalmente aprovada	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalizada.	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalizada.	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalizada.

2.8 – Itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras

- a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items) tais como:
 - i. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, que não estejam refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

ii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Companhia assumiu compromissos para a compra de terrenos, cujo registro contábil ainda não foi efetuado em virtude de pendências a serem solucionadas pelos respectivos vendedores para que a escritura definitiva e a correspondente transferência da propriedade para a Companhia, suas controladas ou seus parceiros, conforme o caso, sejam efetivadas. Referidos compromissos totalizam, em 31 de dezembro de 2025, R\$ 1.946.888 mil.

iii. Contratos de construção não terminada

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui contratos de construção não terminada que não estejam refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

iv. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia possui contratos de recebimentos futuros de financiamentos que não estão refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os referidos contratos totalizam, em 31 de dezembro de 2025, R\$ 1.166.565.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Além daqueles mencionados acima, não há outros ativos e passivos assumidos pela Companhia e suas controladas que não estejam registrados em suas demonstrações financeiras consolidadas. Portanto, não há ativos ou passivos detidos pela Companhia e suas controladas que não estejam evidenciados em suas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

De acordo com a legislação societária em vigor, os resultados de exercícios futuros (“REF”) de controladas e coligadas da Companhia não são evidenciados e/ou registrados nas demonstrações financeiras societárias individuais e consolidadas. Somente são registrados e evidenciados nos balancetes contábeis fiscais, os quais são gerados mensalmente para fins tributários. Para mais informações, verifique as notas explicativas que são parte integrante das informações financeiras trimestrais e das demonstrações financeiras da Companhia.

2.9 – Comentários sobre itens não evidenciados**a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

As operações mencionadas no item 2.8 acima são compromissos relacionados a permutas físicas ou financeiras para aquisição de terrenos ainda não foram registrados no balanço patrimonial da Companhia em virtude da necessidade de cumprimento de determinadas cláusulas resolutivas aos contratos. Uma vez resolvidas essas cláusulas, a Companhia reconhecerá os respectivos ativos e passivos referentes à transação de permuta e a parcela respectiva da torna, passando às etapas normais do curso dos seus negócios de construir, vender e entregar os respectivos imóveis, gerando assim receitas, custos e despesas relacionadas às suas operações.

b. Natureza e o propósito da operação

As operações mencionadas no item 2.8 acima fazem parte do curso normal dos negócios da Companhia e têm o propósito de desenvolver as atividades de incorporação, construção e comercialização de unidades imobiliárias por meio da aquisição de terrenos.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Os itens e montantes estão descritos no item 2.8 (a)(ii) deste Formulário de Referência.

2.10 – Planos de Negócios

a. Investimentos

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O negócio da Companhia está focado nas atividades de incorporação de empreendimentos imobiliários. A incorporação imobiliária envolve diversos tipos de aquisições, seja com o desenvolvimento de projetos ou mesmo com a construção e a venda de unidades residenciais e comerciais para pessoas físicas e jurídicas de diversas classes de renda. Por sua vez, o principal objeto de investimento no setor de incorporação imobiliária, é a aquisição de terrenos. Neste sentido, e entendendo claramente a relevância para todo o processo de geração de valor dentro da Companhia, nossos diretores participam ativamente no processo de compra. Cada decisão de aquisição de um terreno é analisada e deve ser aprovada por um comitê de investimentos interno da Companhia. Adquirimos terrenos de pessoas físicas, jurídicas e em leilões judiciais e extrajudiciais e desenvolvemos uma auditoria (*due diligence*) objetivando a segurança legal, fiscal e ambiental na aquisição dos terrenos onde serão incorporados os nossos empreendimentos. Como é usual no mercado, avaliamos o custo-benefício de nossas aquisições gerenciando eventuais riscos legais e/ou ambientais, conforme orientação de nossos assessores jurídicos e técnicos. Em paralelo à auditoria, realizamos um estudo de viabilidade financeira e elaboração de pesquisa de mercado.

A Companhia adquire os terrenos destinados aos empreendimentos imobiliários primeiramente através da permuta física, que consiste na entrega de unidades do empreendimento ao vendedor do terreno. Ainda na permuta física, a Companhia também pode utilizar unidades concluídas em outros empreendimentos para realizar o pagamento relativo à aquisição de novos terrenos. No caso da permuta física, portanto, o pagamento não se dá via caixa. A segunda modalidade consiste no pagamento futuro ao vendedor do terreno de determinado percentual incidente sobre o recebimento das vendas das unidades. Por fim, a Companhia pode-se valer da aquisição de terrenos via pagamento em dinheiro, com a utilização de caixa próprio.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia contava com um *landbank* de R\$ 12,9 bilhões. Já em 2024, o potencial de lançamentos no *landbank* era de R\$ 15,7 bilhões, sendo R\$ 10,4 bilhões na marca Patrimar e R\$ 5,3 bilhões na marca Novolar. Já em 2025, a Companhia somava R\$ 15,1 bilhões no *landbank*, sendo R\$ 11,1 bilhões da marca Patrimar e R\$ 4,0 bilhões da marca Novolar.

Ao longo dos próximos exercícios, continuaremos adquirindo terrenos com o objetivo de repor os lançamentos previstos e expandir nosso banco de terrenos, viabilizando o crescimento contínuo da Companhia, especialmente da marca Novolar, a fim de aumentar a sua participação nos resultados. As aquisições permanecerão sujeitas à aprovação do nosso comitê de investimentos e ao processo de *due diligence*, garantindo a avaliação de sua atratividade econômica e dos riscos envolvidos.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da Companhia são financiados com recursos próprios decorrentes da geração de caixa de suas atividades, bem como por meio da contratação de empréstimos de capital de giro, linhas de financiamentos de mercado de capitais, tais como debêntures e financiamentos na modalidade de financiamento à produção e linhas decorrentes do Sistema Financeiro da Habitação (“SFH”) com relação ao desenvolvimento de seus empreendimentos imobiliários.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva

Não aplicável, tendo em vista que não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos previstos que possam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que não há pesquisas em andamento relacionadas a novos produtos e serviços.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, pois não há pesquisas em andamento para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, pois não há pesquisas em andamento para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, pois não há pesquisas em andamento para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

d. Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

As questões ambientais, sociais e de governança (“ASG”) estão incorporadas às atividades que compõem o plano de negócios da Companhia, sendo consideradas fatores estratégicos para a eficiência operacional, mitigação de custos, fortalecimento da reputação e sustentabilidade do crescimento de longo prazo. Ciente de sua responsabilidade social e do papel do ASG como vetor de valor, a Companhia participa ativamente de fóruns e discussões, buscando identificar oportunidades e reforçar seu crescimento alinhado ao desenvolvimento sustentável.

Algumas oportunidades relacionadas a questões ASG foram incorporadas ao plano de negócios da Companhia e se destacam:

- ✓ Gerenciamento eficaz dos riscos ambientais e sociais, aliado à conformidade com todas as normas vigentes, com estratégia que prevê, antes do início de qualquer empreendimento, a condução de estudos de impacto ambiental e a avaliação de possíveis contaminações do solo. Essa abordagem representa uma oportunidade relevante para a Companhia, ao reduzir riscos de atrasos em licenciamentos, passivos ambientais, multas e interrupções de obras, contribuindo para maior previsibilidade de prazos, custos e retornos dos projetos;
- ✓ Adoção do Plano Empresário Verde, que estabelece metas para que os empreendimentos atinjam economias mínimas de 20% em água, energia embutida em materiais, criando oportunidades de redução dos custos operacionais, aumento da eficiência construtiva e maior atratividade dos empreendimentos em relação aos critérios de sustentabilidade;
- ✓ Obtenção de certificações ambientais, como a EDGE, inovação da IFC baseada em metodologia e software que apoia a adaptação dos projetos a padrões de construção sustentável, contribuindo para ganhos ambientais e financeiros, valorização dos empreendimentos e potencial acesso a condições diferenciadas de financiamento;
- ✓ Obtenção do Selo Casa Azul+ da Caixa Econômica Federal em diversos produtos, promovendo maior eficiência hídrica e energética nos projetos, o que fortalece o posicionamento competitivo da Companhia e amplia a atratividade comercial de seus empreendimentos.

Além disso, sob o aspecto de impacto ambiental, a Companhia firmou aliança com a Associação Brasileira de Incorporadoras (“ABRAIN”) voltada à redução de gases de efeito estufa no setor de construção e incorporação imobiliária. Nesse contexto, visando à obtenção de resultados e à mitigação de riscos ambientais, a Companhia implementou o software CLIMAS, desenvolvido pela WayCarbon, empresa referência em mudança do clima, que permite a consolidação das informações de emissões, realização de análises estratégicas e identificação de oportunidades de melhoria de processos, redução de desperdícios e monitoramento da eficácia das ações de



mitigação. A iniciativa sustenta o Plano de Mitigação de Gases de Efeito Estufa da Companhia, com base em inventários de GEE dos empreendimentos a partir de 2022, contribuindo para a preparação frente a exigências regulatórias e de mercado associadas à transição para uma economia de baixo carbono.

Em relação ao aspecto social, a Companhia identifica oportunidades relacionadas à valorização do capital humano, à redução dos riscos operacionais e ao aumento da produtividade por meio da priorização da saúde e segurança de seus colaboradores, incluindo terceiros, além da oferta de treinamentos e capacitação contínua. A implementação de políticas de cargos e salários e a promoção de um ambiente de trabalho inclusivo, inspirador e voltado ao desenvolvimento pessoal e profissional contribuem para a retenção de talentos e continuidade das operações. Nesse contexto, destaca-se a renovação do selo Great Place to Work® (“GPTW”), que reforça a atratividade da Companhia como empregadora.

A Companhia busca manter uma relação cada vez mais ativa com clientes e demais partes interessadas, fortalecendo sua reputação institucional, protegendo sua imagem e potencialmente ampliando sua base de clientes. E como forma de demonstrar compromisso com a sustentabilidade e prestar contas às partes interessadas, a Companhia publicou a terceira edição do seu Relatório Anual de Sustentabilidade, referente ao exercício de 2024, compartilhando sua jornada de construção de um futuro mais sustentável.

Visando fortalecer os mecanismos de controle e ampliar a transparência nas relações societárias, em 2025 foram criados comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, sendo eles: Comitê de ESG, de Estratégia, de Finanças e de Gente e Cultura, além do já existente Comitê de Auditoria, Compliance e Risco – todos alinhados às melhores práticas de governança corporativa e focados na valorização da ética, sustentabilidade e responsabilidade corporativa como pilares da gestão e da estratégia empresarial.

2.11 – Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante nosso desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados neste item 2.

ANEXO 2 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

8.1 – Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia possui uma Política de Remuneração de Administradores, aprovada por seu Conselho de Administração em 05 de agosto de 2020, que se encontra disponível para consulta no site de relações com investidores da Companhia (www.patrimar.com.br/ri).

A prática de remuneração da Companhia para o Conselho de Administração, Diretoria estatutária e não estatutária, e membros dos comitês instituídos pelo Conselho de Administração, tem por objetivo o reconhecimento pelos serviços desenvolvidos e visa incentivar, reter e atrair profissionais qualificados, garantindo o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis e os padrões de governança corporativa aos quais a Companhia está submetida.

A Companhia entende que com essa política consegue-se: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando sempre alinhada aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

b. Práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria, indicando:

i. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A remuneração global dos conselheiros e diretores estatutários é definida anualmente em Assembleia Geral Ordinária, sendo que, posteriormente, a remuneração atribuível ao Conselho e à Diretoria é determinada pelo Conselho de Administração. A remuneração individual dos membros do Conselho de Administração é definida pela Presidente do Conselho e a remuneração individual dos membros da Diretoria é definida pelo Diretor Presidente.

ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A definição da remuneração dos conselheiros e diretoria estatutária é feita com base na experiência dos conselheiros, no seu conhecimento do mercado e na recomendação da Diretoria e da área de gestão de pessoas da Companhia. Não existe um estudo específico para este fim.

iii. Com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A definição da remuneração individual dos conselheiros e diretoria estatutária é feita com base na experiência dos conselheiros e diretores, no seu conhecimento do mercado e baseando-se na recomendação da Presidente do Conselho de Administração, Diretoria e da área de gestão de pessoas da Patrimar. Não existe um estudo específico para este fim. A Política de remuneração da Companhia determina que cabe ao Conselho de Administração avaliar, periodicamente, sua adequação às práticas de mercado, bem como a aderência dos administradores às suas diretrizes. Dessa forma, a Política de remuneração é atualizada e revisada anualmente, se necessário, pelo Conselho de Administração em conjunto com a área de gestão de pessoas da Companhia, ou em periodicidade inferior, quando solicitado por esta.

c. Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração incluindo, em relação a cada um deles:

- **Seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor:**

A estratégia de remuneração da Companhia tem como objetivo a atração, retenção e motivação de profissionais qualificados, bem como a perpetuidade da Companhia. As práticas de remuneração adotadas alinham-se aos interesses da Companhia, através das políticas e diretrizes que, em suas análises, tem como itens principais a criação de valor e a continuidade dos negócios.

A parcela fixa da remuneração dos administradores, é uma forma de se buscar a compatibilidade da política de remuneração com os níveis de responsabilidade assumidos pelos administradores e a gestão de riscos da Companhia. Assim, a estrutura da política de remuneração visa evitar a assunção de riscos excessivos e proteger os acionistas.

A Companhia busca o alinhamento de interesses por meio de salários compatíveis com os níveis de mercado e busca por meio da meritocracia premiar o alcance e a superação de metas.

Para o longo prazo, alinhamos os interesses da nossa Companhia ao dos nossos executivos também por meio do plano de opção de compra de ações e incentivo atrelado a ações, reafirmando o compartilhamento do risco e do resultado entre o executivo e a nossa Companhia.

Conselho de Administração

Remuneração Fixa Pró-labore

A remuneração dos membros do nosso Conselho de Administração, é composta por uma remuneração mensal fixa. A remuneração fixa tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho de Administração da Companhia, sendo estabelecida de acordo com a legislação e os padrões de mercado.

Benefícios Diretos e Indiretos

Os membros do Conselho de Administração poderão receber pacote de benefícios compatíveis com o mercado e alinhados à estratégia de remuneração total da Companhia. Quando necessário, o Grupo Patrimar poderá reembolsar eventuais despesas eventualmente custeadas pelos membros do Conselho de Administração no exercício de seus respectivos cargos, tais como despesas de estadia e locomoção.

Participação em Comitês.

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração por participação em comitês, salvo em relação ao membro independente do Conselho de Administração que vier a compor algum Comitê, ocasião na qual terá dentro da composição da sua remuneração fixa o valor correspondente à sua participação, enquanto permanecer como membro do Comitê.

Remuneração Variável

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração variável, incluindo bônus, participação nos resultados, participações em reuniões, e comissões. No entanto, os membros do Conselho de Administração que ocuparam ou ocupam outros cargos na Companhia poderão fazer jus ao recebimento de remuneração variável em razão do exercício de tais cargos.

Benefícios Pós-Emprego

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessaçã o do Exercício do Cargo

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios motivados pela cessaçã o do exercício do cargo.

Remuneração Baseada em Ações

Podemos oferecer aos membros de nosso Conselho de Administração participação no plano de opção de compra de ações e de incentivo atrelado às ações, com o objetivo de alinhamento de incentivos entre profissionais e acionistas, bem como retenção dos referidos membros no médio e longo prazo. Adicionalmente, não há qualquer impedimento aos membros do nosso Conselho de Administração para que detenham opções de compra de ações da Companhia em razão de outros cargos exercido nesta. Para informações sobre a remuneração baseada em ações, vide os itens 8.4 a 8.9 e 8.14 abaixo. Não há qualquer impedimento aos membros do conselho de administração para que detenham opções de compra de ações da Companhia em razão de outros cargos exercido nesta.

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa Pró-labore.

Nossos executivos (diretores estatutários) fazem jus à remuneração fixa que tem como objetivo remunerar os serviços de cada diretor, dentro do escopo de responsabilidade atribuído à Diretoria da Companhia.



Benefícios Diretos e Indiretos.

Os membros da Diretoria poderão receber pacote de benefícios compatíveis com o mercado e alinhados à estratégia de remuneração total da Companhia.

Participação em Comitês

Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a remuneração por participação em comitês.

Remuneração Variável

Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus à remuneração variável (bônus) anual, baseada em indicadores de desempenho quantitativos e qualitativos definidos periodicamente, que tem como objetivo de incentivar o cumprimento das metas de desempenho anual da empresa, alinhando os incentivos de curto prazo entre executivos e acionistas, bem como atrair e reter os melhores profissionais do mercado. A Companhia oferece aos Diretores, conforme definição da sua estrutura em reunião do Conselho de Administração, planos de incentivo de longo prazo, com o objetivo de estimular a permanência de seus executivos na Companhia e criar visão de longo prazo no processo decisório, além de contribuir para agregar valor à Companhia através do alinhamento de interesses entre a Companhia, investidores e administradores. A Diretoria também participa do plano, observando-se a combinação dos resultados da Companhia com o desempenho individual de cada Diretor, o que será medido com base em indicadores e metas objetivas e mensuráveis.

Benefícios Pós- Emprego

Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Remuneração Baseada em Ações

Oferecemos a nossos executivos possibilidade de participação em plano de opção de compra de ações e de incentivo atrelado às ações da Companhia, com o objetivo de alinhamento de incentivos entre profissionais e acionistas, bem como retenção dos referidos executivos no médio e longo prazo. Para informações sobre o nosso Plano de Opções de Compra de Ações e de Incentivo Atrelado a Ações, ver os itens 8.4 a 8.9 abaixo.

Comitês

Remuneração Fixa Pró-labore.

Os membros dos Comitês, estatutários ou não, não terão direito à remuneração pela referida participação.

Benefícios Diretos e Indiretos.

Os membros dos Comitês não fazem jus a benefícios diretos e indiretos.

Participação em Comitês

Os membros dos Comitês não fazem jus a remuneração por participação em comitês.

Remuneração Variável

Os membros dos Comitês não fazem jus a remuneração variável.

Benefícios Pós- Emprego

Os membros dos Comitês não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Os membros dos Comitês não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Remuneração Baseada em Ações

Os membros dos Comitês não fazem jus a remuneração baseada em ações.

- **Em relação aos três últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total:**

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa	100%	93,0%	N/A
Remuneração Variável	N/A	7,0%	N/A
Pós Emprego	N/A	N/A	N/A
Baseada em Ações	N/A	N/A	N/A
T O T A L	100%	100%	N/A

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa	100%	83,0%	N/A
Remuneração Variável	N/A	17,0%	N/A
Pós Emprego	N/A	N/A	N/A
Baseada em Ações	N/A	N/A	N/A
T O T A L	100%	100%	N/A

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa	100%	93,3%	N/A
Remuneração Variável	N/A	6,7%	N/A
Pós Emprego	N/A	N/A	N/A
Baseada em Ações	N/A	N/A	N/A
T O T A L	100%	100%	N/A

- **Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

Os valores de remuneração pagos pela Companhia aos seus administradores (Diretores Estatutários e Não Estatutários e membros do conselho de administração) e empregados são comparados periodicamente com o mercado, por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas especializadas, considerando empresas do mesmo setor em que a Companhia atua, de forma que se possa aferir a sua competitividade e eventualmente avaliar a necessidade de se realizar reajuste em algum dos componentes da remuneração.

Com relação à remuneração do Conselho Fiscal, esta será fixada pela Assembleia Geral que deliberar pela sua instalação e a eleição dos seus membros.

- **Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Para a remuneração fixa não há indicadores de desempenho específicos para sua definição.

A remuneração variável é determinada de acordo com os indicadores de desempenho quantitativos e qualitativos, definidos anualmente e que traduzem os resultados financeiros da Companhia, observando-se também os campos relacionados aos clientes, aos processos internos e de qualidade. São eles: Margem Líquida,



Receita Operacional Líquida; Vendas Líquidas contratadas; Taxa de Rotatividade; Cumprimento da Legislação Trabalhista; Cronograma Prazo Cliente; Gestão Resíduo, entre outros

O modelo de avaliação de desempenho da administração, quando aplicável, é baseado em objetivos e metas estabelecidos para o período a partir de planejamento estratégico empresarial.

ii. Razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração fixa tem como objetivo atrair e reter profissionais qualificados que possam contribuir para o crescimento, sucesso e perpetuidade da Companhia e leva em conta o cumprimento das obrigações funcionais associados ao cargo, atrelada ao grau de responsabilidades e da experiência para ocupar a posição.

Dessa forma, a composição da remuneração dos membros da administração da Companhia é justificada segundo as responsabilidades inerentes ao cargo e as práticas de mercado. Ademais, a Companhia acredita que a combinação dos elementos fixos que compõem a remuneração, alinha os interesses dos executivos aos interesses da Companhia no curto, médio e longo prazos. A parcela fixa dos rendimentos proporciona segurança para o cumprimento de obrigações rotineiras dos executivos, associada a metas estabelecidas para cada exercício social, oferece o estímulo necessário para que o próprio executivo e os seus liderados entreguem seus melhores esforços no sentido de atingir e superar as metas da Companhia

iii. A existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Não aplicável, tendo em vista que não existem membros não remunerados na administração da Companhia.

d. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Na data deste Formulário de Referência, não há qualquer parcela da remuneração dos administradores que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

e. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Na data deste Formulário de Referência, não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário atribuídos aos administradores da Companhia.

8.2 – Remuneração total do Conselho de Administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente a ser encerrado em 31/12/2026 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	9,25	N/A	14,25
Nº de membros remunerados	4,00	9,25	N/A	13,25
Remuneração fixa anual	1.359.840,00	6.231.586,86	N/A	7.591.426,86
Salário ou pró-labore	1.159.200,00	4.518.337,80	N/A	5.677.537,80
Benefícios direto e indireto	26.640,00	819.446,26	N/A	846.086,26
Participações em comitês	-	-	N/A	-
Outros	-	-	N/A	-
Descrição de outras remunerações fixas	174.000,00	893.802,80	N/A	1.067.802,80
Remuneração variável	-	-	N/A	-
Bônus	-	5.167.461,80	N/A	5.167.461,80
Participação de resultados	-	-	N/A	-
Participação em reuniões	-	-	N/A	-
Comissões	-	-	N/A	-
Outros	-	-	N/A	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	N/A	-
Pós-emprego	-	-	N/A	-
Cessaçã o do cargo	-	-	N/A	-
Baseada em ações (incluindo opções)	-	-	N/A	-
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício - Circular CVM/SEP nº 02/2020. A Companhia apresenta um membro do conselho que atua sem remuneração, exercendo concomitantemente posição na Diretoria Executiva com de forma remunerada.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício - Circular CVM/SEP nº 02/2020. A partir da eleição em 08/2022 passamos a possuir no quadro da Diretoria Executiva o referido membro que passou a ser integralmente pago por meio da Diretoria Executiva.	-	-
Total da remuneração	1.359.840,00	11.399.048,66		12.758.888,66



Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	10,00	N/A	15,00
Nº total de membros remunerados	4,00	10,00	N/A	14,00
Remuneração fixa anual	1.243.531,12	9.237.862,57	N/A	10.481.393,69
Salário ou pró-labore	1.057.042,00	6.740.424,00	N/A	7.797.466,00
Benefícios direto e indireto	28.830,72	858.147,37	N/A	886.978,09
Participações em comitês	-	-	N/A	-
Outros	-	-	N/A	-
Descrição de outras remunerações fixas	157.658,40	1.639.291,20	N/A	1.796.949,60
Remuneração variável	-	-	N/A	-
Bônus	-	704.585,60	N/A	704.585,60
Participação de resultados	-	-	N/A	-
Participação em reuniões	-	-	N/A	-
Comissões	-	-	N/A	-
Outros	-	-	N/A	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	N/A	-
Pós-emprego	-	-	N/A	-
Cessaç�o do cargo	-	-	N/A	-
Baseada em a�oes (incluindo op�oes)	-	-	N/A	-
Observa�o	O n�mero de membros do Conselho de Administra�o e da Diretoria Estatut�ria da Companhia foram calculados em linha com as disposi�es do Of�cio - Circular CVM/SEP n� 02/2020. A Companhia apresenta um membro do conselho que atua sem remunera�o, exercendo concomitantemente posi�o na Diretoria Executiva com de forma remunerada.	O n�mero de membros do Conselho de Administra�o e da Diretoria Estatut�ria da Companhia foram calculados em linha com as disposi�es do Of�cio - Circular CVM/SEP n� 02/2020. A partir da elei�o em 08/2022 passamos a possuir no quadro da Diretoria Executiva o referido membro que passou a ser integralmente pago por meio da Diretoria Executiva.	-	-
Total da remunera�o	1.243.531,12	9.942.448,17		11.185.979,29



Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	10,17	N/A	15,17
Nº de membros remunerados	4,00	10,17	N/A	14,17
Remuneração fixa anual	1.147.390,00	7.340.812,43	N/A	8.488.202,43
Salário ou pró-labore	1.147.390,00	7.340.812,43	N/A	8.488.202,43
Benefícios direto e indireto	6.830,00	863.819,50	N/A	870.649,50
Participações em comitês	-	-	N/A	-
Outros	-	-	N/A	-
Descrição de outras remunerações fixas	178.528,00	1.585.872,73	N/A	1.764.400,73
Remuneração variável	-	-	N/A	-
Bônus	-	1.534.720,59	N/A	1.534.720,59
Participação de resultados	-	-	N/A	-
Participação em reuniões	-	-	N/A	-
Comissões	-	-	N/A	-
Outros	-	-	N/A	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	N/A	-
Pós-emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Cessação do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Baseada em ações (incluindo opções)	N/A	N/A	N/A	-
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício - Circular CVM/SEP nº 02/2020. A Companhia apresenta um membro do conselho que atua sem remuneração, exercendo concomitantemente posição na Diretoria Executiva de forma remunerada.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício - Circular CVM/SEP nº 02/2020. A partir da eleição em 08/2022 passamos a possuir no quadro da Diretoria Executiva o referido membro que passou a ser integralmente pago através da diretoria executiva.	-	-
Total da remuneração	1.332.748,00	11.325.225,25		12.657.973,25

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	8,00	N/A	13,00
Nº de membros remunerados	4,58	8,00	N/A	12,58
Remuneração fixa anual	1.200.397,05	6.649.396,00	N/A	7.849.793,05
Salário ou pró-labore	982.213,00	5.066.180,00	N/A	6.048.393,00
Benefícios direto e indireto	61.904,05	569.980,00	N/A	631.884,05
Participações em comitês	-	-	N/A	-
Outros	-	-	N/A	-
Descrição de outras remunerações fixas	156.280,00	1.013.236,00	N/A	1.169.516,00
Remuneração variável	-	540.909,60	N/A	540.909,60
Bônus	-	540.909,60	N/A	540.909,60
Participação de resultados	-	-	N/A	-
Participação em reuniões	-	-	N/A	-
Comissões	-	-	N/A	-
Outros	-	-	N/A	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	N/A	-
Pós-emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Cessaçã o do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Baseada em ações (incluindo opções)	N/A	N/A	N/A	N/A
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício - Circular CVM/SEP nº 02/2020. A Companhia apresenta um membro do conselho que atua sem remuneração, exercendo concomitantemente posição na Diretoria Executiva com de forma remunerada.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício - Circular CVM/SEP nº 02/2020. A partir da eleição em 08/2022 passamos a possuir no quadro da Diretoria Executiva o referido membro que passou a ser integralmente pago através da diretoria executiva.	-	-
Total da remuneração	1.200.397,05	7.190.305,60		8.390.702,65

8.3 – Remuneração variável do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal

Exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	5,00	9,25	N/A	14,25
Número de membros remunerados ⁽¹⁾	4,00	9,25	N/A	13,25
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	111.294,00	N/A	111.294,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	3.582.099,00	N/A	3.582.099,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	5.167.461,80	N/A	5.167.461,80
Participação nos resultados	-	-	N/A	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	N/A	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	N/A	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	N/A	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	5,00	10,00	N/A	15,00
Número de membros remunerados (1)	4,00	10,00	N/A	14,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	476.976,00	N/A	476.976,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.456.032,00	N/A	1.456.032,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	N/A	-
Participação nos resultados	-	-	N/A	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	N/A	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	N/A	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	N/A	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	5,00	10,17	N/A	15,17
Número de membros remunerados ⁽¹⁾	4,00	10,17	N/A	14,17
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	54.000,00	225.512,43	N/A	279.512,43
Valor máximo previsto no plano de remuneração	838.640,00	1.531.200,00	N/A	2.369.840,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	1.534.720,59	N/A	1.534.720,59
Participação nos resultados	-	-	N/A	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	N/A	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	N/A	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	N/A	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	5,00	8,00	N/A	13,00
Número de membros remunerados ⁽¹⁾	4,00	8,00	N/A	12,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	35.785,35	N/A	35.785,35
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	11.572.405,00	N/A	11.572.405,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	540.909,60	N/A	540.909,60
Participação nos resultados			N/A	
Valor mínimo previsto no plano de remuneração			N/A	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração			N/A	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas			N/A	-

¹ Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº02/2020.

8.4 – Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. Termos e condições gerais

A Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou, em 05 de agosto de 2020, Plano de Opção de Compra de Ações de emissão da nossa Companhia (“Plano”), o qual estabelece as condições gerais para a outorga de opções de compra de Ações os empregados e/ou administradores e/ou das demais sociedades do grupo econômico da Companhia (i.e., pessoas físicas que possuam vínculo de emprego e/ou ocupem cargos da administração da Companhia e/ou de qualquer sociedade do mesmo grupo econômico, estatutários ou não), a critério do Conselho de Administração (em conjunto, “Beneficiários Plano”), objetivando incentivar a integração e alinhamento dos colaboradores da Companhia e das suas controladas e coligadas. O Plano delega ao nosso Conselho de Administração a competência para delimitar todos os termos e condições nos quais as opções serão



outorgadas, por meio da aprovação de programas, observado que as opções outorgadas não poderão ultrapassar o limite máximo de 5,0% (cinco por cento) das ações do capital subscrito e integralizado da nossa Companhia, sendo que este limite somente poderá ser alterado mediante deliberação da Assembleia Geral de Acionistas da nossa Companhia.

b. Data de aprovação e órgão responsável

O Conselho de Administração na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou, em 05 de agosto de 2020, o Plano de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia.

c. Número máximo de ações abrangidas

No âmbito do Plano, as opções outorgadas e as ações concedidas como incentivo não poderão ultrapassar o limite máximo de 5,0% (cinco por cento) das ações do capital subscrito e integralizado da Companhia.

d. Número máximo de opções a serem outorgadas

No âmbito do Plano, a quantidade de opções outorgadas está atrelada ao limite de diluição descrito no item “c” acima.

e. Condições de aquisição de ações

Não aplicável, uma vez que o Conselho de Administração, até a data deste Formulário de Referência, não deliberou sobre a criação de qualquer Programa no âmbito do Plano e, assim, não outorgou quaisquer opções de compras de ações de nossa emissão.

f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Determinado pelo Conselho de Administração para opções outorgadas antes do registro da Companhia como companhia aberta perante a CVM e a admissão de suas ações à negociação perante a B3 e média dos últimos 30 pregões exatamente anteriores à data da outorga em caso da Companhia se tornar uma companhia de capital aberto com ações listadas em bolsa de valores, no Brasil ou exterior.

g. Critérios para fixação do prazo de exercício

Não aplicável, uma vez que o Conselho de Administração, até a data deste Formulário de Referência, não deliberou sobre a criação de qualquer Programa no âmbito do Plano e, assim, não outorgou quaisquer opções de compras de ações de nossa emissão.

h. Forma de liquidação

Não aplicável, uma vez que o Conselho de Administração, até a data deste Formulário de Referência, não deliberou sobre a criação de qualquer Programa no âmbito do Plano e, assim, não outorgou quaisquer opções de compras de ações de nossa emissão.

i. Restrições à transferência das ações

Não aplicável, uma vez que o Conselho de Administração, até a data deste Formulário de Referência, não deliberou sobre a criação de qualquer Programa no âmbito do Plano e, assim, não outorgou quaisquer opções de compras de ações de nossa emissão.

j. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração da Companhia ou alterado por decisão dos acionistas reunidos em assembleia geral. O término da vigência do Plano, no entanto, não afetará a eficácia das opções e dos incentivos ainda em vigor e nos respectivos regulamentos de cada programa.



O Plano, bem como os regulamentos e os seus respectivos contratos de adesão que vierem a ser aprovados em cada programa não impedirão qualquer operação de reorganização societária que vier a envolver a Companhia e/ou as Sociedades de Propósito Específico em que a Companhia tenha participação, devendo o Conselho de Administração determinar e realizar os ajustes cabíveis nos respectivos regulamentos e contratos de adesão para proteger os interesses dos Beneficiários do Plano.

Na eventualidade de o número, espécie e/ou classe das ações de emissão da Companhia serem alterados em razão de desdobramentos, bonificações, grupamentos ou conversões, o Conselho de Administração deverá informar aos Beneficiários do Plano por escrito o ajuste correspondente ao preço de aquisição, número, espécie e/ou classe das ações objeto de cada Opção e/ou do incentivo em vigor, conforme o caso.

k. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Caso o contrato de trabalho ou o mandato do beneficiário venha a cessar em razão de demissão sem justa causa ou destituição de diretor estatutário sem justo motivo, obedecida, conforme for o caso, a definição de justo motivo prevista na legislação societária ou de justa causa prevista na legislação trabalhista, o que for aplicável; as opções cujo direito de exercício (i) não tenha sido adquirido até tal data, serão canceladas; e (ii) já tenha sido adquirido até tal data, poderão ser exercidas em até 90 (noventa) dias, contados da data de término do respectivo contrato de trabalho ou mandato, mediante notificação por escrito enviada ao presidente do Conselho de Administração, sendo que, após tal prazo, serão canceladas.

Nas hipóteses de (i) pedido de demissão ou renúncia ou (ii) demissão por justa causa ou destituição de diretor estatutário por justo motivo, conforme for o caso, a definição de justo motivo prevista na legislação societária ou de justa causa prevista na legislação trabalhista, o que for aplicável, todas as Opções que tenham sido concedidas ao beneficiário, estando ou não aptas para exercício segundo as regras do Plano, restarão automaticamente extintas de pleno direito, independente de aviso prévio ou de indenização a qualquer título.

Em caso de falecimento do beneficiário, seus sucessores terão o direito de exercer eventuais opções não exercidas, independentemente da observância de períodos de restrição à venda de ações no âmbito do Programa e mesmo que o direito ao exercício ainda não tenha sido adquirido, imediatamente e pelo prazo de exercício previsto no respectivo Programa.

Em caso de aposentadoria por tempo de contribuição ou por idade, e desde que concomitantemente haja a cessação da prestação dos serviços, as opções cujo direito de exercício (i) não tenha sido adquirido até tal data, serão canceladas; e (ii) já tenha sido adquirido até tal data, poderão ser exercidas em até 90 (noventa) dias, contados da data de escrito enviada ao presidente do Conselho de Administração, sendo que, após tal prazo, serão canceladas.

8.5 – Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 (três) últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
- b. Número total de membros
- c. Número de membros remunerados
- d. Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - i. Em aberto no início do exercício social
 - ii. Perdidas e expiradas durante o exercício social
 - iii. Exercidas durante o exercício social
 - iv. Expiradas durante o exercício social
- e. Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Não aplicável. A Companhia não realizou, até esta data, qualquer outorga no âmbito de seu plano de remuneração baseado em ações.

8.6 – Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
- b. Número total de membros
- c. Número de membros remunerados
- d. Data de outorga
- e. Quantidade de opções outorgadas
- f. Prazo para que as opções se tornem exercíveis
- g. Prazo máximo para exercício das opções
- h. Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções
- i. Valor justo das opções na data de cada outorga

Não aplicável. A Companhia não realizou, até esta data, qualquer outorga no âmbito de seu plano de remuneração baseado em ações.

8.7 - Em relação às opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
- b. Número de membros
- c. Número de membros remunerados
- d. Em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. Quantidade
 - ii. Data em que se tornarão exercíveis
 - iii. Prazo máximo para exercício das opções
 - iv. Prazo de restrição à transferência das ações
 - v. Preço médio ponderado de exercício
 - vi. Valor justo das opções no último dia do exercício social
- e. Em relação às opções exercíveis
 - i. Quantidade
 - ii. Data em que se tornarão exercíveis
 - iii. Prazo máximo para exercício das opções
 - iv. Prazo de restrição à transferência das ações
 - v. Preço médio ponderado de exercício
- f. Valor justo das opções no último dia do exercício social

Não aplicável. A Companhia não realizou, até esta data, qualquer outorga no âmbito de seu plano de remuneração baseado em ações.

8.8 – Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
- b. Número de membros
- c. Número de membros remunerados
- d. Número de ações
- e. Preço médio ponderado de exercício
- f. Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas
- g. Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

Não aplicável. A Companhia não realizou, até esta data, qualquer outorga no âmbito de seu plano de remuneração baseado em ações.



8.9 – Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
- b. Número de membros
- c. Número de membros remunerados
- d. Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários

Não aplicável. A Companhia não realizou, até esta data, qualquer outorga no âmbito de seu plano de remuneração baseado em ações.

8.10 – Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
- b. Número de membros
- c. Número de membros remunerados
- d. Data de outorga
- e. Quantidade de ações outorgadas
- f. Prazo máximo para entrega das ações
- g. Prazo de restrição à transferência das ações
- h. Valor justo das ações na data da outorga
- i. Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga

Não aplicável. A Companhia não realizou, até esta data, qualquer outorga no âmbito de seu plano de remuneração baseado em ações.

8.11 – Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
- b. Número total de membros
- c. Número de membros remunerados
- d. Número de ações
- e. Preço médio ponderado de aquisição
- f. Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas
- g. Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas

Não aplicável. A Companhia não realizou, até esta data, qualquer outorga no âmbito de seu plano de remuneração baseado em ações.

8.12 – Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. Modelo de precificação
- b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d. Forma de determinação da volatilidade esperada
- e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, uma vez que, na data deste Formulário de Referência, nenhuma outorgada foi realizada pela Companhia aos seus administradores no âmbito do Plano nos últimos três exercícios sociais, bem como não há em aberto qualquer exercício pelos administradores da Companhia.

8.13 – Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Os membros do conselho de administração, da diretoria ou do conselho fiscal, não são detentores de participação acionária direta na Companhia. Contudo, alguns membros da diretoria exercem participação indireta no capital social da Patrimar Engenharia S.A., por meio da PRMV Participações Ltda., sua única acionista.

A tabela abaixo indica a quantidade de ações ou cotas indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, em 31 de dezembro de 2025:

Patrimar Engenharia S.A.

Órgão	Cotas	%
Conselho de Administração	N/A	-
Diretoria	56.025.501	100%
Conselho Fiscal	N/A	-

Nos termos do Anexo 25 da Instrução CVM 480, para evitar duplicidade, os valores mobiliários detidos por membros do Conselho de Administração que também são membros da Diretoria foram divulgados somente no quadro de valores mobiliários detidos pelos membros da Diretoria.

8.14 – Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornece as seguintes informações em forma de tabela:

- a. Órgão
- b. Número total de membros
- c. Número de membros remunerados
- d. Nome do plano
- e. Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- f. Condições para se aposentar antecipadamente
- g. Valor atualizado das contribuições atualizadas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores e
- i. Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não aplicável, dado que a Companhia não oferece planos de previdência aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários da Companhia.

8.15 – Em forma de tabela indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

- a. Órgão
- b. Número de membros
- c. Número de membros remunerados
- d. Valor de maior remuneração individual
- e. Valor da menor remuneração individual
- f. Valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)



	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária			Conselho Fiscal		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	5,00	5,00	5,00	10,00	5,00	8,00	-	-	-
Nº de membros Remunerados	4,00	4,00	4,00	10,00	4,00	8,00	-	-	-
Valor da maior Remuneração (Reais)	734.292,00	838.640,00	704.813,00	1.456.032,00	838.640,00	1.332.960,00	-	-	-
Valor da menor Remuneração (Reais)	54.000,00	54.000,00	53.000,00	476.976,00	54.000,00	430.400,00	-	-	-
Valor médio da Remuneração (Reais)	264.261,00	229.478,00	196.442,60	674.042,40	229.478,00	633.272,50	-	-	-

8.16 – Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não aplicável, visto que, na data deste Formulário de Referência, não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 – Em relação aos 03 (três) últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração de cada órgão reconhecida no resultado detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores diretos ou indiretos

Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026	
Conselho de Administração	0%
Conselho Fiscal	N/A
Diretoria Executiva	8%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025	
Conselho de Administração	69%
Conselho Fiscal	N/A
Diretoria Executiva	27%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024	
Conselho de Administração	73%
Conselho Fiscal	N/A
Diretoria Executiva	37%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023	
Conselho de Administração	72%
Conselho Fiscal	N/A
Diretoria Executiva	36%

8.18 – Em relação aos 03 (três) últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam.

Não aplicável, uma vez que, nos últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, os membros da Diretoria e do Conselho de Administração (haja vista que o Conselho Fiscal da Companhia



não foi instalado) não perceberam qualquer remuneração que não aquela decorrente do exercício de seus respectivos cargos.

8.19 – Em relação aos 03 (três) últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas, como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal.

Não aplicável, uma vez que não há valores reconhecidos nos resultados dos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e das controladas da Companhia, como remuneração de membros de nosso Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

8.20 – Outras informações relevantes

Número de Membros dos Órgãos da Administração

Conselho de Administração

Exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026		
Mês	Nº Membros	Nº Membros Remunerados
Janeiro	5	4
Fevereiro	5	4
Março	5	4
Abril	5	4
Maio	5	4
Junho	5	4
Julho	5	4
Agosto	5	4
Setembro	5	4
Outubro	5	4
Novembro	5	4
Dezembro	5	4
Total:	60	48
Média (Total / nº de meses)	5,00	4,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025		
Mês	Nº Membros	Nº Membros Remunerados
Janeiro	5	4
Fevereiro	5	4
Março	5	4
Abril	5	4
Maio	5	4
Junho	5	4
Julho	5	4
Agosto	5	4
Setembro	5	4
Outubro	5	4
Novembro	5	4
Dezembro	5	4
Total:	60	48
Média (Total / nº de meses)	5,00	4,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024		
Mês	Nº Membros	Nº Membros Remunerados
Janeiro	5	4
Fevereiro	5	4
Março	5	4
Abril	5	4
Maio	5	4
Junho	5	4
Julho	5	4
Agosto	5	4
Setembro	5	4
Outubro	5	4
Novembro	5	4
Dezembro	5	4
Total:	60	48
Média (Total / nº de meses)	5,00	4,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023		
Mês	Nº Membros	Nº Membros Remunerados
Janeiro	5	5
Fevereiro	5	5
Março	5	5
Abril	5	5
Maio	5	5
Junho	5	5
Julho	5	5
Agosto	5	4
Setembro	5	4
Outubro	5	4
Novembro	5	4
Dezembro	5	4
Total:	60	55
Média (Total / nº de meses)	5,00	4,58



Diretoria

Exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026		
Mês	Nº Membros	Nº Membros Remunerados
Janeiro	10	10
Fevereiro	10	10
Março	10	10
Abril	9	9
Maio	9	9
Junho	9	9
Julho	9	9
Agosto	9	9
Setembro	9	9
Outubro	9	9
Novembro	9	9
Dezembro	9	9
Total:	111	111
Média (Total / nº de meses)	9,25	9,25

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025		
Mês	Nº Membros	Nº Membros Remunerados
Janeiro	10	10
Fevereiro	10	10
Março	10	10
Abril	10	10
Maio	10	10
Junho	10	10
Julho	10	10
Agosto	10	10
Setembro	10	10
Outubro	10	10
Novembro	10	10
Dezembro	10	10
Total:	120	120
Média (Total / nº de meses)	10,00	10,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024		
Mês	Nº Membros	Nº Membros Remunerados
Janeiro	8	8
Fevereiro	11	11
Março	11	11
Abril	11	11
Maio	11	11
Junho	10	10
Julho	10	10
Agosto	10	10
Setembro	10	10
Outubro	10	10
Novembro	10	10
Dezembro	10	10
Total:	122	122
Média (Total / nº de meses)	10,17	10,17

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023		
Mês	Nº Membros	Nº Membros Remunerados
Janeiro	8	8
Fevereiro	8	8
Março	8	8
Abril	8	8
Maio	8	8
Junho	8	8
Julho	8	8
Agosto	8	8
Setembro	8	8
Outubro	8	8
Novembro	8	8
Dezembro	8	8
Total:	96	96
Média (Total / nº de meses)	8,00	8,00



Conselho Fiscal

Exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026		
Mês	Nº Membros	Nº Membros Remunerados
Janeiro	0	0
Fevereiro	0	0
Março	0	0
Abril	0	0
Maio	0	0
Junho	0	0
Julho	0	0
Agosto	0	0
Setembro	0	0
Outubro	0	0
Novembro	0	0
Dezembro	0	0
Total:	0	0
Média (Total / nº de meses)	0	0

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025		
Mês	Nº Membros	Nº Membros Remunerados
Janeiro	0	0
Fevereiro	0	0
Março	0	0
Abril	0	0
Maio	0	0
Junho	0	0
Julho	0	0
Agosto	0	0
Setembro	0	0
Outubro	0	0
Novembro	0	0
Dezembro	0	0
Total:	0	0
Média (Total / nº de meses)	0	0

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024		
Mês	Nº Membros	Nº Membros Remunerados
Janeiro	0	0
Fevereiro	0	0
Março	0	0
Abril	0	0
Maio	0	0
Junho	0	0
Julho	0	0
Agosto	0	0
Setembro	0	0
Outubro	0	0
Novembro	0	0
Dezembro	0	0
Total:	0	0
Média (Total / nº de meses)	0	0

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023		
Mês	Nº Membros	Nº Membros Remunerados
Janeiro	0	0
Fevereiro	0	0
Março	0	0
Abril	0	0
Maio	0	0
Junho	0	0
Julho	0	0
Agosto	0	0
Setembro	0	0
Outubro	0	0
Novembro	0	0
Dezembro	0	0
Total:	0	0
Média (Total / nº de meses)	0	0

ANEXO 3 – ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO APROVANDO A PROPOSTA DA
ADMINISTRAÇÃO

PATRIMAR ENGENHARIA S.A.

CNPJ/MF: 23.236.821/0001-27 / NIRE: 31300128741

(Companhia de Capital Autorizado)

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2026

- 1. DATA, HORA E LOCAL:** Realizada no dia 27 de abril do ano de 2026, às 16:00 horas, em formato híbrido, na sede da Patrimar Engenharia S.A. (“Companhia”), situada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rodovia Stael Mary Bicalho Motta Magalhaes, nº 521, Sala 1701 - Parte, Bairro Belvedere, CEP: 30.320-760.
- 2. PRESENÇA, QUORUM E CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação, em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, na forma do §3º do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia.
- 3. MESA:** Presidida pela Sra. Heloísa Magalhães Martins Veiga (“Presidente”) e secretariada pelo Sr. Felipe Enck Gonçalves (“Secretário”), conforme indicação da Presidente.
- 4. ORDEM DO DIA:** Discutir e deliberar sobre a Proposta de Administração para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29 de abril de 2026, a qual possuirá a seguinte ordem do dia: (i) a apreciação das contas dos administradores e o exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) a apreciação da proposta de destinação do lucro líquido e da distribuição de dividendos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (iii) a fixação do montante global da remuneração da Administração da Companhia para o período compreendido entre a presente Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2027.
- 5. DELIBERAÇÕES:** instalada a reunião, após a discussão da matéria, resolveram os presentes, por unanimidade e sem ressalvas recomendar a aprovação da Proposta de Administração para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 29 de abril de 2026, a qual possuirá a seguinte ordem do dia: (i) a apreciação das contas dos administradores e o exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) a apreciação da proposta de destinação do lucro líquido e da distribuição de dividendos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (iii) a fixação do montante global da remuneração da Administração da Companhia para o período compreendido entre a presente Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2027.
- 6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou esta ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos. Presidente: Sra.



Heloísa Magalhães Martins Veiga. Secretário: Sr. Felipe Enck Gonçalves. Conselheiros presentes: Srs. Heloísa Magalhães Martins Veiga; Fernando Antônio Moreira Calaes; Renata Martins Veiga Couto; Milton Loureiro Junior; e Renata Maria Paes de Vilhena.

Belo Horizonte, 27 de abril de 2026.

Confere com o documento original lavrado no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração arquivado na sede da Companhia.

Felipe Enck Gonçalves
Secretário da Mesa